



Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual

Plano de Ação 2023-2025

Relatório Final de Execução

Brasília, Agosto de 2025

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA
COMÉRCIO E SERVIÇOS



Sumário

Lista de Abreviaturas e Siglas.....	3
Introdução	5
O Plano de Ação 2023-2025	6
Governança	8
Metodologia de monitoramento	10
Execução do Plano de Ação 2023-2025	11
Conclusão.....	50
Síntese e leitura final.....	52
Anexo	52

Lista de Abreviaturas e Siglas

ABAPI – Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

ABIFINA – Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades

ABPI – Associação Brasileira da Propriedade Intelectual

AGU – Advocacia-Geral da União

ApexBrasil – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos

ANPEI – Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras

ASPI – Associação Paulista da Propriedade Intelectual

CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CGPI – Coordenação-Geral de Propriedade Intelectual

CGU – Controladoria-Geral da União

CNCP – Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual

CNI – Confederação Nacional da Indústria

DEPIQ – Departamento de Política de Propriedade Intelectual e Infraestrutura da Qualidade

DGITS – Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde

DIPI – Divisão de Propriedade Intelectual

ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM)

ENPI – Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual

GIPI – Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual

GT – Grupo Técnico

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICC Brasil – International Chamber of Commerce

IFES – Institutos Federais de Ensino Superior

INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial

INTERFARMA – Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa

LES Brasil – Licensing Executives Society

MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MD - Ministério da Defesa

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

MEC – Ministério da Educação

MinC – Ministério da Cultura

MJSP – Ministério da Justiça e Segurança Pública

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MRE – Ministério das Relações Exteriores

MS – Ministério da Saúde

NIB – Nova Indústria Brasil

NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica

OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual

PI – Propriedade Intelectual

SCPR – Secretaria de Competitividade e Política Regulatória

SEPEC – Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

UKIPO – Escritório de Propriedade Intelectual do Reino Unido

Introdução

O presente relatório tem como objetivo apresentar a execução das entregas desenvolvidas ao longo dos dois anos de implementação do Plano de Ação 2023-2025 da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI). Serão apresentados dados concretos referentes à execução do plano, buscando proporcionar uma compreensão mais clara e objetiva das entregas realizadas. Este não é um relatório de avaliação de impactos e resultados.

A ENPI foi instituída pelo [Decreto n. 10.886, de 7 de dezembro de 2021](#), possuindo período de vigência de 10 anos (2021-2030). Materializa-se em um conjunto de 210 ações organizadas em 7 eixos estratégicos, sendo implementada por meio de Planos de Ação bienais. A implementação, o monitoramento e a articulação de suas ações estão sob a responsabilidade do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI).

Ao fim de cada biênio, um novo Plano de Ação é elaborado para ser implementado no período dos dois anos subsequentes, priorizando novas ações dentre as 210 previstas e buscando dar continuidade para algumas ações já priorizadas nos Planos de Ação anteriores. O primeiro Plano de Ação foi desenvolvido de agosto de 2021 a julho de 2023.

O segundo Plano de Ação da ENPI, com vigência de novembro de 2023 a agosto de 2025, foi aprovado pela [Resolução GIPI/MDIC Nº 8, de 18 de outubro de 2023](#). O monitoramento das atividades realizadas no âmbito deste Plano foi realizado, entre outras formas, por meio de relatórios de acompanhamento semestrais publicados no [Portal de PI](#) do Governo Federal.

Importante destacar que, em dezembro de 2024, o Plano de Ação 2023-2025 passou por um processo de revisão, conforme previsto para ocorrer após o primeiro ano de sua execução. Esse processo teve como objetivo identificar atividades definidas durante a estruturação do Plano que, por decisões administrativas ou outras ocorrências não previstas, necessitaram ser reavaliadas/revistas. As alterações decorrentes dessa revisão incluíram ajustes nos títulos das ações/entregas, inclusão ou exclusão de ações/entregas, bem como mudanças nas unidades coordenadoras, conforme originalmente publicados na [Resolução GIPI/MDIC nº 8, de 2023](#).

As modificações resultantes do processo de revisão foram formalizadas na [Resolução GIPI/MDIC nº 13, de 28 de janeiro de 2025](#), que aprovou a nova configuração do Plano de Ação 2023-2025.

O presente relatório apresenta, assim, o status de conclusão de cada entrega prevista no Plano, considerando sua versão pós-revisão. Busca-se oferecer uma visão abrangente dos projetos e entregas realizados, permitindo identificar avanços, desafios e aprendizados relacionados à coordenação e implementação da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual.

O Plano de Ação 2023-2025

A construção do segundo Plano de Ação (biênio 2023-2025) contou com ampla participação social de diferentes atores que compõem o sistema de propriedade intelectual.

Destacam-se a realização de uma tomada pública de subsídios, na qual 217 propostas de iniciativas foram formuladas, a promoção de uma oficina virtual com a participação de atores da sociedade civil, a qual contou com 49 participantes, bem como uma série de reuniões de governo entre os membros do GIPI.

Ao final do processo de construção, o segundo Plano foi aprovado ([Resolução GIPI/MDIC Nº 8, de 18 de outubro de 2023](#)) prevendo 63 ações, com 162 entregas distribuídas pelos 7 eixos estratégicos. Em dezembro de 2024, conforme mencionado anteriormente, o Plano passou por um processo de revisão, resultando em 14 novas entregas, 25 alterações no escopo de entregas em andamento, exclusão de 5 entregas e o estabelecimento de 1 nova unidade coordenadora. Dessa forma, a [Resolução GIPI/MDIC nº 13, de 28 de janeiro de 2025](#) aprovou a nova versão do Plano de Ação 2023-2025 contendo 66 ações, com 171 entregas.

Quanto à execução do Plano, o mesmo contou com 18 órgãos do governo, administração direta e indireta (executivo e judiciário), bem como com 11 entidades da sociedade civil.

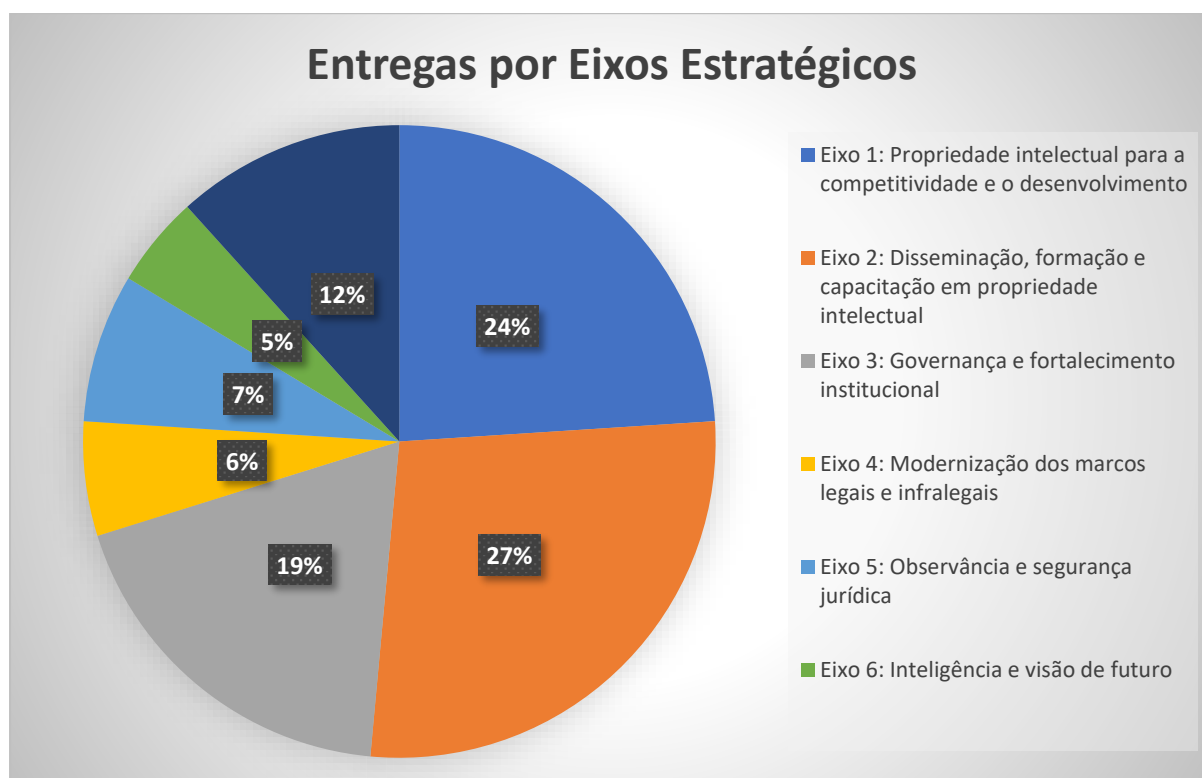
A distribuição das ações e respectivas entregas, de acordo com os eixos estratégicos, está apresentado na Tabela 1, bem como no Gráfico 1, conforme [Resolução GIPI/MDIC nº 13, de 28 de janeiro de 2025](#).

Tabela 1 – Ações e Entregas por Eixo

Eixos Estratégicos	Ações	Entregas
Eixo 1: Propriedade intelectual para a competitividade e o desenvolvimento	11	41
Eixo 2: Disseminação, formação e capacitação em propriedade intelectual	15	47
Eixo 3: Governança e fortalecimento institucional	13	32
Eixo 4: Modernização dos marcos legais e infralegais	6	10
Eixo 5: Observância e segurança jurídica	9	13
Eixo 6: Inteligência e visão de futuro	4	8
Eixo 7: Inserção do Brasil no sistema global de PI	8	20
Total	66	171

Fonte: elaboração própria, SCPR/DEPIQ/CGPI

Gráfico 1: Ações por Eixo



Fonte: elaboração própria, SCPR/DEPIQ/CGPI

Para o biênio 2023 – 2025, ações ligadas ao Eixo 1 da ENPI, “Propriedade Intelectual para a competitividade e o desenvolvimento”, bem como ao Eixo 2, “Disseminação, formação

e capacitação em Propriedade Intelectual”, seguiram sendo as de maior destaque e prioridade. Entregas como Mentorias e sensibilização aplicadas a empreendedores, pesquisadores, empresas, NITs e ICTs, promoção da difusão de tecnologias verdes e originárias da biodiversidade da região amazônica, ensino da PI na Educação Básica, difusão para o Judiciário, cooperações técnicas, são exemplos de atividades contidas no segundo biênio. Além disso, o Plano se alinhou às metas e desafios da [Nova Política Industrial \(NIB\)](#), dentre os quais: estímulo ao desenvolvimento produtivo e tecnológico e à inovação entre múltiplos setores e agentes; direcionamento ao investimento, engajando, liderando e criando confiança nos agentes públicos, privados e do terceiro setor; e insento e facilitação à realização de transformações econômicas e sociais, com vistas à superação dos entraves ao desenvolvimento brasileiro.

Governança

Presidido pela Secretaria de Competitividade e Política Regulatória do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SCPR/MDIC) e secretariado pelo Departamento de Política de Propriedade Intelectual e Infraestrutura da Qualidade (DEPIQ/SCPR/MDIC), o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI), instituído pelo [Decreto nº 9.931, de 23 de julho de 2019](#), é responsável pela implementação e pelo monitoramento da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI).

A governança dos Planos de Ação da ENPI é centralizada pela Secretaria-Executiva do GIPI, consolidando as informações relativas ao monitoramento, avaliação e controle da implementação dos mesmos.

Quanto à execução do Plano 23-25, cada uma das 66 ações e 171 entregas foi gerida de forma compartilhada. Cada entrega foi coordenada por uma ou mais instituições responsáveis por acompanhar os prazos e o andamento dos trabalhos, bem como reportá-los à Secretaria-Executiva do GIPI. As referidas instituições designaram pontos focais responsáveis pela atividade de coordenação.

Dessa forma, o PA 23-25 contou com as seguintes instituições trabalhando de forma colaborativa para a execução das entregas relacionadas a cada ação:

1. Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil)
2. Advocacia-Geral da União (AGU)
3. Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI)

4. Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA)
5. Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial (ABAPI)
6. Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (INTERFARMA)
7. Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI)
8. Associação Paulista da Propriedade Intelectual (ASPI)
9. Controladoria-Geral da União (CGU)
10. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)
11. Confederação Nacional da Indústria (CNI)
12. CropLife Brasil
13. Escola de Magistrados do Tribunal Regional Federal da 2a Região / Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM)
14. Escritório de Propriedade Intelectual do Reino Unido (UKIPO)
15. Grupo FarmaBrasil
16. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
17. Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
18. International Chamber of Commerce (ICC Brasil)
19. Licensing Executives Society (LES Brasil)
20. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
21. Ministério da Defesa (MD)
22. Ministério da Educação (MEC)
23. Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) / Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos Contra a Propriedade Intelectual (CNCP)
24. Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) / Cyberlab
25. Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)
26. Ministério da Saúde (MS)
27. Ministério das Relações Exteriores (MRE)
28. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
29. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)

Metodologia de monitoramento

Para a organização e acompanhamento das entregas previstas no Plano de Ação 2023-2025, foi desenvolvida uma planilha única de monitoramento.

Ao início do Plano, a planilha foi enviada a todos os responsáveis pela execução das entregas, tendo cada unidade coordenadora sido solicitada a preencher informações pré-definidas referentes ao planejamento geral de suas respectivas atividades.

Com o intuito de garantir o acompanhamento efetivo da evolução dos trabalhos e identificar eventuais necessidades de ajustes no cronograma, adotou-se a prática de atualização trimestral. Assim, a planilha era reenviada a cada três meses aos pontos focais das unidades coordenadoras para que estes pudessem atualizar o status e os progressos alcançados em suas respectivas entregas.

Ainda sobre a planilha, esta era composta por linhas descritivas das ações e entregas, para as quais eram solicitadas informações relativas aos prazos estimados de início e fim, percentual previsto de execução até a data do respectivo monitoramento, bem como detalhes quanto a etapas e eventuais parceiros mobilizados ao longo dos trabalhos.

A principal informação reportada a cada trimestre pelos pontos focais era o “percentual de conclusão” de cada entrega, naquela data. Tal percentual representa uma proporção estimada entre o esforço e etapas realizadas até o momento do monitoramento (“data de referência”) e o total previsto para a finalização daquela atividade. Definia-se, assim, o status das entregas, bem como o estágio de execução global da ação.

Com base nas informações fornecidas na planilha pelos pontos focais, gerava-se um Business Intelligence (BI), publicado a cada trimestre no [Portal de BI](#) do Governo Federal.

O BI funcionou como uma ferramenta de gestão e acompanhamento contínuo do Plano, permitindo, através de um sistema de semáforos, identificar rapidamente entregas em conformidade com o cronograma, aquelas próximas de atrasar e as já atrasadas:

- Azul: entregas já concluídas
- Verde: trabalhos em conformidade com o cronograma.
- Amarelo: trabalhos em vias de atrasar.¹

¹ O semáforo amarelo indica percentual de andamento entre 75% e 95% do previsto para aquela data. O “percentual previsto” é calculado com base no período entre a data de início e fim da execução da entrega, ou seja, se uma entrega está prevista para ser executada em 12 meses, após 3 meses se pressupõe que esta entrega deveria ter sido executada em 25%. Sendo assim, nem sempre o percentual previsto corresponde ao real esforço que já foi ou deverá ser empreendido em determinado período, pois é um cálculo baseado na proporção do período que passou em relação ao período total previsto para a execução da entrega.

- Vermelho: entregas com trabalhos atrasados (abaixo de 75% do previsto para aquela data).

Essa abordagem permitiu uma gestão mais eficiente e transparente, facilitando a tomada de decisões e o direcionamento de esforços para potencializar o sucesso da implementação do Plano de Ação como um todo.

Execução do Plano de Ação 2023-2025

Conforme mencionado, a ENPI está estruturada em sete Eixos Estratégicos. O Plano de Ação 2023-2025 abrangeu onze ações no Eixo 1, quinze ações no Eixo 2, treze ações no Eixo 3, seis ações no Eixo 4, nove ações no Eixo 5, quatro ações no Eixo 6 e oito ações no Eixo 7. Cada uma das 66 ações foi composta por um conjunto de entregas programadas para serem implementadas ao longo da vigência do Plano.

No tocante às entregas, o PA 23-25 apresentou quarenta e uma entregas no Eixo 1, quarenta e sete no Eixo 2, trinta e duas no Eixo 3, dez no Eixo 4, treze no Eixo 5, oito no Eixo 6 e vinte no Eixo 7, totalizando 171 entregas.

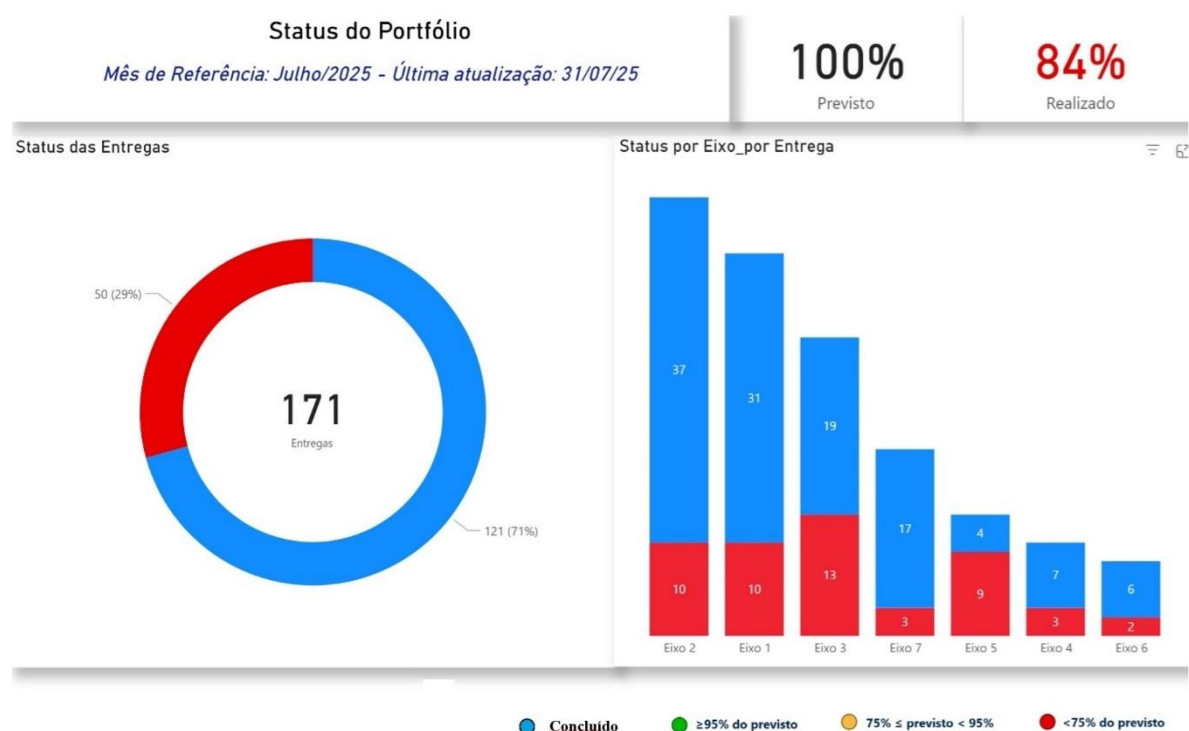
Em relação ao primeiro semestre de execução do Plano de Ação (conforme apresentado no [primeiro relatório de monitoramento](#), referente ao período de novembro de 2023 a maio de 2024), os dados consolidados indicaram que 14% das entregas previstas foram totalmente concluídas, 66% estavam em andamento e 20% ainda não haviam sido iniciadas. Esses números revelaram que 35% do total das atividades planejadas foi realizado até maio de 2024, superando a expectativa inicial de 34% para o período.

No que tange aos dados consolidados do segundo período de execução do Plano – maio a novembro de 2024, constatou-se que 35% das entregas previstas haviam sido concluídas, 56% encontravam-se em fase de execução e 9% não haviam sido iniciadas. Os resultados, após 1 ano dos trabalhos, mostraram que 62% do total das atividades planejadas havia sido realizado, percentual abaixo da expectativa de 67% para o período.

Ao longo do segundo ano de execução do Plano, os trabalhos avançaram de modo que, ao final do biênio, das 171 entregas propostas, 121 foram concluídas, representando 71% do total. Quanto às demais entregas, observou-se que 47 foram parcialmente concluídas (27%) e, apenas 3 entregas não puderam ser iniciadas (2%). Desse modo, ao final do Plano, 84% do total das atividades planejadas foi realizado.

A Figura 1 apresenta o BI correspondente ao cenário observado ao final do Plano. Conforme dito anteriormente, o BI completo encontra-se publicado no [Portal de PI](#) do Governo Federal.

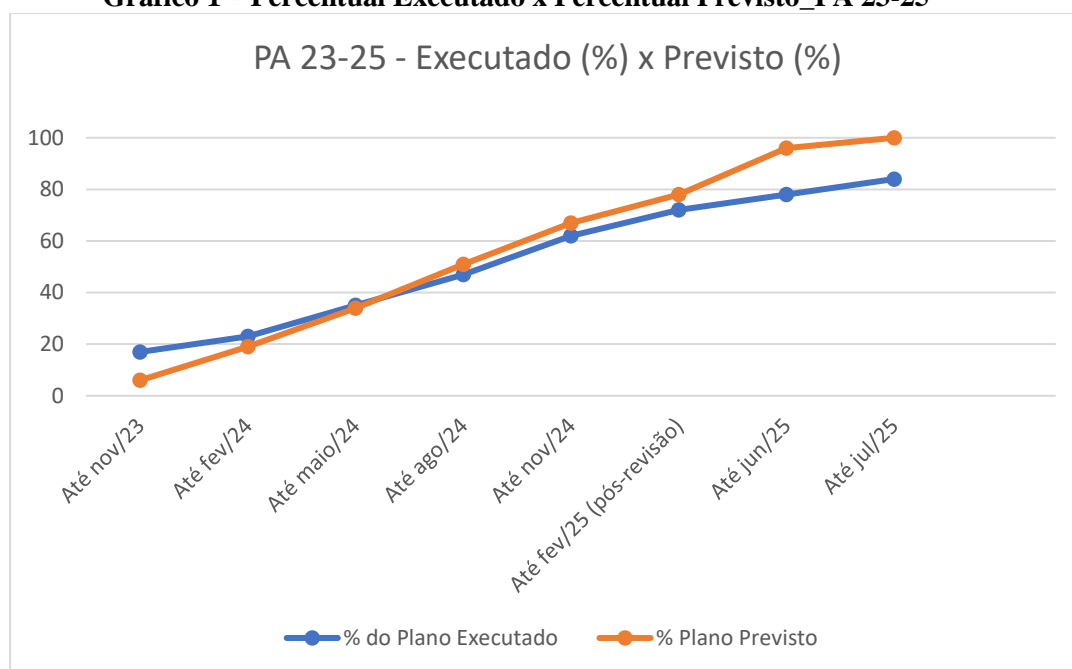
Figura 1 – Business Intelligence (BI) das entregas do Plano de Ação 2023-2025, status ao final do biênio (jul/25)



Fonte: elaboração própria SCPR/DEPIQ/CGPI

O Gráfico 1 evidencia a relação entre o percentual de atividades efetivamente executadas e aquele previsto ao longo da vigência do Plano.

Gráfico 1 – Percentual Executado x Percentual Previsto_PA 23-25



Fonte: elaboração própria SCPR/DEPIQ/CGPI

A partir do Gráfico acima, observa-se que, até maio de 2024, o desempenho manteve-se ligeiramente acima do cronograma projetado. Contudo, a partir de agosto de 2024, essa tendência se inverteu, verificando-se uma desaceleração na execução em relação ao que estava programado para cada período. Esse descompasso tornou-se ainda mais acentuado nos últimos meses de vigência do Plano, o que já era esperado, uma vez que, desde o início, a maior parte das entregas tinha sua conclusão prevista para coincidir com o término do Plano, gerando naturalmente uma concentração de pendências e a intensificação do desalinhamento nesse período.

A revisão realizada após um ano de execução, por sua vez, mostrou-se essencial para mitigar riscos, uma vez que diversas entregas com alta probabilidade de não se concretizarem foram excluídas ou ajustadas, evitando que o resultado final fosse muito abaixo do previsto. Ainda assim, algumas entregas foram mantidas na expectativa de conclusão até o fim do período, expectativa que, como evidencia o Gráfico 1, não se confirmou. Foram, contudo, múltiplos os fatores que impactaram a execução de determinadas entregas, nem todos eles facilmente identificáveis ou previsíveis. Tais fatores serão detalhados mais adiante, nas seções específicas sobre entregas não concluídas e entregas não iniciadas.

Panorama de Conclusão das Ações/Entregas do Plano de Ação 2023-2025

No tocante à conclusão das entregas, as Tabelas 1 e 2 apresentam os status das mesmas categorizados em concluídas, parcialmente concluídas e não iniciadas.

Tabela 1 – Entregas concluídas, não concluídas e não iniciadas_PA 23-25 - Geral

EIXO	AÇÃO	Quantidade Total de Entregas	Quantidade de Entregas Concluídas	Quantidade de Entregas Não Concluídas	Quantidade de Entregas Não iniciadas
1	1.2	5	4	1	0
1	1.3	5	4	1	0
1	2.1	3	3	0	0
1	2.2	2	1	1	0
1	3.2	3	3	0	0
1	3.4	2	2	0	0
1	3.6	1	1	0	0
1	4.2	2	2	0	0
1	4.3	4	3	1	0
1	4.4	7	6	1	0
1	5.1	7	2	3	2
2	1.1	1	0	1	0
2	1.2	4	4	0	0
2	1.3	4	3	1	0
2	1.4	1	1	0	0
2	1.6	2	1	1	0
2	1.8	1	1	0	0
2	2.1	3	3	0	0
2	2.2	4	4	0	0
2	3.1	1	1	0	0
2	4.2	1	1	0	0
2	4.3	2	0	1	1
2	4.5	16	15	1	0
2	4.6	4	2	2	0
2	4.7	2	1	1	0
2	4.8	1	0	1	0
3	1.1	1	0	1	0
3	1.4	3	1	2	0
3	1.5	2	1	1	0
3	1.6	3	2	1	0
3	1.7	2	2	0	0
3	1.9	5	3	2	0

EIXO	AÇÃO	Quantidade Total de Entregas	Quantidade de Entregas Concluídas	Quantidade de Entregas Não Concluídas	Quantidade de Entregas Não iniciadas
3	1.17	3	1	2	0
3	1.19	1	0	1	0
3	2.1	2	2	0	0
3	2.3	5	3	2	0
3	2.8	2	1	1	0
3	2.9	2	2	0	0
3	2.10	1	1	0	0
4	1.2	1	1	0	0
4	1.3	2	1	1	0
4	1.7	1	1	0	0
4	1.8	1	0	1	0
4	1.10	1	1	0	0
4	1.13	4	3	1	0
5	1.1	1	0	1	0
5	1.3	1	1	0	0
5	1.5	1	1	0	0
5	2.2	4	2	2	0
5	2.5	1	0	1	0
5	2.7	1	0	1	0
5	2.10	1	0	1	0
5	2.16	2	0	2	0
5	2.19	1	0	1	0
6	1.1	1	1	0	0
6	1.2	2	2	0	0
6	1.5	1	0	1	0
6	7.3	4	3	1	0
7	1.2	4	4	0	0
7	2.3	2	0	2	0
7	2.6	3	3	0	0
7	2.7	2	1	1	0
7	2.11	1	1	0	0
7	2.14	2	2	0	0
7	3.1	4	4	0	0
7	3.4	2	2	0	0

Fonte: elaboração própria SCPR/DEPIQ/CGPI

Tabela 2 – Entregas concluídas, não concluídas e não iniciadas_PA 23-25 – Eixos

Concluídas						
Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4	Eixo 5	Eixo 6	Eixo 7
31	37	19	7	4	6	17
Não Concluídas						
Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4	Eixo 5	Eixo 6	Eixo 7
8	9	13	3	9	2	3
Não Iniciadas						
Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4	Eixo 5	Eixo 6	Eixo 7
2	1	0	0	0	0	0

Fonte: elaboração própria SCPR/DEPIQ/CGPI

Como já destacado, o Plano contemplou 171 entregas, das quais 121 foram concluídas (71%), 47 não foram concluídas (27%) e 3 não chegaram a ser iniciadas (2%). O resultado aponta desempenho predominantemente positivo, ainda que com pendências pontuais e casos excepcionais de não início que merecem registro e aprendizado institucional.

No conjunto das entregas do Plano de Ação 2023–2025, observa-se um desempenho variado entre os sete eixos. O Eixo 1, Propriedade Intelectual para a competitividade e o desenvolvimento, contou com 41 entregas, das quais 31 foram concluídas, sendo o eixo com o maior número de entregas não iniciadas (2 casos). Entre os destaques, a Ação 4.4, dedicada à capacitação de agentes locais das regiões de menor desenvolvimento relativo, especialmente na Amazônia, em ferramentas de PI como Patentes Verdes, Cultivares, Indicações Geográficas e Marcas Coletivas, apresentou 6 entregas concluídas em um total de 7. Em contraste, a Ação 5.1, destinada ao desenvolvimento de programa de fomento à transferência de tecnologia e licenciamento de direitos de PI, concentrou dificuldades, com 3 entregas não concluídas e 2 não iniciadas (em um total de 7).

O Eixo 2, Disseminação, formação e capacitação em Propriedade Intelectual, reuniu o maior número de entregas do Plano: 47, correspondendo a 27% do total. Também liderou em número absoluto de concluídas, com 37 (3% de todas as concluídas), atingindo taxa de conclusão de 79%. Nesse eixo, a Ação 4.5, voltada à implementação de iniciativas de conscientização de crianças, jovens e adultos sobre a importância da PI em sua vida cotidiana, destacou-se como principal motor dos resultados, com 16 entregas no total, sendo 15

concluídas. Apesar do volume elevado de entregas, o eixo manteve bom desempenho, com baixa incidência de entregas não iniciadas.

O Eixo 3, Governança e fortalecimento institucional, registrou 32 entregas, das quais 19 foram concluídas, apresentando o maior volume absoluto de não concluídas do Plano (13).

O Eixo 4, Modernização dos marcos legais e infralegais, de escopo mais restrito, contou com 10 entregas, das quais 7 foram concluídas, alcançando taxa de conclusão de 70%. As pendências se mostraram dispersas entre poucas ações, sem concentração relevante de dificuldades.

O Eixo 5, Observância e segurança jurídica, apresentou o desempenho mais baixo, com apenas 31% de conclusão (4 entregas concluídas), concentrando 69% de entregas não concluídas (9). Foi, portanto, o eixo mais crítico em termos de resultados.

O Eixo 6, Inteligência e visão de futuro, alcançou 75% de conclusão, com 6 entregas concluídas, destacando-se positivamente em termos proporcionais, apesar do número reduzido de iniciativas.

Por fim, o Eixo 7, Inserção do Brasil no sistema global de PI, apresentou o melhor desempenho proporcional de todo o Plano, com 17 entregas concluídas e taxa de conclusão de 85%.

A execução do Plano de Ação contou com a participação de 32 unidades coordenadoras, responsáveis por 171 entregas. Desse total, 84% do previsto foi realizado, índice que evidencia o elevado comprometimento das instituições envolvidas e o êxito coletivo na implementação das entregas previstas.

Entre as unidades, destacam-se o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), que concentraram o maior volume de entregas no período. O INPI assumiu 44 entregas, concluindo 33, enquanto o MDIC foi responsável por 31 entregas, das quais 21 concluídas (entregas executadas individualmente, sem contabilização daquelas coordenadas conjuntamente com outros órgãos). Esses resultados demonstram não apenas a amplitude da participação de ambos, mas também sua posição estratégica na condução da Estratégia.

De igual modo, as demais unidades coordenadoras desempenharam papel essencial na execução do Plano, com entregas de grande impacto. O comprometimento demonstrado por cada uma delas foi fundamental para o alcance dos resultados, confirmando a natureza colaborativa do esforço. A Tabela 3 apresenta de forma detalhada a distribuição das entregas por unidade coordenadora e o desempenho global observado.

Tabela 3 – Entregas por unidade coordenadora e desempenho_PA 23-25

Unidade Coordenadora	Total de Entregas	Entregas Concluídas	Entregas Não Concluídas	Entregas Não iniciadas
Advocacia-Geral da União (AGU) / Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)	1	1	0	0
Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI)	8	7	1	0
Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA)	9	8	1	0
Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (INTERFARMA)	2	2	0	0
Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI)	1	0	1	0
Associação Paulista da Propriedade Intelectual (ASPI)	4	1	3	0
Associação Paulista da Propriedade Intelectual (ASPI) / Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial (ABAPI)	1	1	0	0
Confederação Nacional da Indústria (CNI)	7	2	5	0
Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)	1	1	0	0
Controladoria-Geral da União (CGU)	1	0	1	0
CropLife Brasil	3	3	0	0
Escola de Magistrados do Tribunal Regional Federal da 2a Região / Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM)	2	1	1	0
Escritório de Propriedade Intelectual do Reino Unido (UKIPO)	1	0	1	0
Grupo FarmaBrasil	1	1	0	0
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	1	0	1	0
Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	44	33	11	0
Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) / Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil)	2	2	0	0

Unidade Coordenadora	Total de Entregas	Entregas Concluídas	Entregas Não Concluídas	Entregas Não iniciadas
Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)/Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)	4	4	0	0
International Chamber of Commerce (ICC Brasil)	4	4	0	0
Licensing Executives Society (LES Brasil)	1	1	0	0
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	2	2	0	0
Ministério da Defesa (MD)	1	1	0	0
Ministério da Educação (MEC)	7	6	0	1
Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) / Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos Contra a Propriedade Intelectual (CNCP)	6	0	6	0
Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) / Cyberlab	1	0	1	0
Ministério da Saúde (MS)	4	0	3	1
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	6	6	0	0
Ministério das Relações Exteriores (MRE) / Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)	4	3	1	0
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)	31	21	9	1
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) / Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil)	2	2	0	0
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)/Ministério da Defesa (MD)/Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	1	1	0	0
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)	8	7	1	0

Fonte: elaboração própria SPCR/DEPIQ/CGPI

A seguir, será delineado um panorama dos resultados alcançados ao longo da execução do Plano de Ação 2023-2025 da ENPI. As informações detalhadas encontram-se no **Anexo 1** deste relatório, que consolida a totalidade das entregas.

Entregas concluídas

Conforme mencionado anteriormente, das 171 entregas delineadas no Plano, 121 foram integralmente concluídas. No primeiro semestre (novembro de 2023 a maio de 2024), 14% das entregas já haviam sido concluídas, conforme registrado no [primeiro relatório de monitoramento](#). No semestre seguinte, esse percentual evoluiu para 35%, totalizando 56 entregas finalizadas após um ano de execução ([segundo relatório de monitoramento](#)). O avanço manteve-se constante, resultando na conclusão de mais 65 entregas até o encerramento do Plano.

Para além das quantidades, que já estão evidenciadas na Tabela 3, a Tabela 4, apresentada abaixo, permite compreender a relevância qualitativa das iniciativas executadas, destacando o conteúdo concreto de cada entrega e a atuação das instituições diretamente envolvidas.

Tabela 4 – Entregas concluídas – PA 23-25

Eixo	Ação	Entregas	Unidade Coordenadora Responsável
1	1.2	Mapeamento e aplicabilidade de requisitos de propriedade intelectual e transferência de tecnologia para inclusão em editais de fomento da CAPES, e realização de workshop com as entidades interessadas.	INPI/MDIC
1	1.2	Realização das ações do "Programa de Mentoria em Propriedade Intelectual" do INPI.	INPI
1	1.2	Palestras virtuais para universidades e Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) sobre propriedade intelectual, incluindo busca de parcerias com a indústria.	ABIFINA
1	1.2	Workshops regionais para difusão de casos de sucesso de utilização prática e estratégica de propriedade intelectual.	ABPI
1	1.3	Sessões de mentorias em propriedade intelectual e negócios para projetos selecionados nos ciclos do programa "Empreendedoras.tech", em parceria com a ICC Brasil.	MDIC
1	1.3	Estudos de prospecção tecnológica e de inteligência estratégica para atender à formulação e à implementação de políticas públicas.	INPI
1	1.3	Palestras virtuais para universidades e Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) sobre propriedade intelectual aplicada às áreas de farmacêutica e de agronegócios, e identificação de produtos e processos de interesse para a interação entre os atores envolvidos.	ABIFINA

Eixo	Ação	Entregas	Unidade Coordenadora Responsável
1	1.3	Eventos para estimular o incremento de ICTs com política de inovação implementadas a constituição de Núcleos de Inovação Tecnológica para melhoria da gestão da política de inovação das ICTs, incluindo a gestão de Propriedade intelectual e a transferência de tecnologia.	MCTI
1	2.1	Oficinas sobre serviços especializados em propriedade intelectual, “IP Days” e cursos de treinamento para uso dos monitoramentos de pedidos de patentes (MPP).	ABIFINA
1	2.1	Divulgação dos serviços de propriedade intelectual do SEBRAETEC.	SEBRAE
1	2.1	Revisão e aprimoramento das fichas técnicas de serviços e mobilização de potenciais fornecedores para credenciamento no SEBRAETEC.	SEBRAE
1	2.2	Propostas de inserção estratégica de propriedade intelectual em programas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e de órgãos e entidades parceiros.	MDIC
1	3.2	Levantamento de benchmarking internacional para fundamentação de proposta de regulamentação do uso de ativos de PI como garantia para obtenção de crédito.	ABPI
1	3.2	Lançamento e divulgação do relatório "Cenário da utilização de ativos de Propriedade Intelectual como garantias de financiamento no Brasil".	MDIC
1	3.2	Realizar seminário sobre "valuation", de acordo com a metodologia utilizada pelo Exército Brasileiro e sobre a possibilidade do uso de ativos de PI como garantia para obtenção de crédito junto a instituições financeiras, em outros países.	MD
1	3.4	Mapeamento e aplicabilidade de requisitos de propriedade intelectual e transferência de tecnologia para inclusão em editais da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e em bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), entidades vinculadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e realização de workshop com as entidades interessadas.	INPI/MDIC
1	3.4	Proposta de cláusulas-tipo de propriedade intelectual para inclusão em contratos de financiamento à inovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).	INPI/MDIC
1	3.6	Estudo para embasar proposta para extinguir cobrança de impostos sobre remessas internacionais com finalidade de pagamentos com despesas de proteção de propriedade intelectual no exterior.	ABPI
1	4.2	Realização de evento informativo para produtores de mel de aroeira do norte de Minas Gerais (MG), sobre benefícios da gestão coletiva de Indicação Geográfica.	MRE/SEBRAE
1	4.2	Divulgação de estudo sobre desafios após o registro de Indicação Geográfica (IG), tendo por base o caso da IG de mel de aroeira do norte de Minas Gerais (MG).	MRE/SEBRAE
1	4.3	Desenvolvimento e implementação de sistema digital para o controle e a rastreabilidade de produtos de Indicações Geográficas (IGs) e de plataforma de gestão de dados das IGs brasileiras.	SEBRAE
1	4.3	Realização de dois seminários junto a produtores da IG de Mel de Aroeira do Norte de Minas Gerais com vistas à aprimoramento de modelo para gestão coletiva de Igs	MRE/SEBRAE
1	4.3	Lançamento de Edital para Apoio ao desenvolvimento e promoção de Indicações Geográficas por meio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	MEC
1	4.4	Mobilização e capacitação em propriedade intelectual de atores do Ecossistema Local de Inovação (ELI) da região amazônica.	SEBRAE
1	4.4	Realização da 2ª edição do Curso de Patentes e Bionovação.	INPI

Eixo	Ação	Entregas	Unidade Coordenadora Responsável
1	4.4	Realização da Oficina de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas para produtores da região amazônica.	INPI
1	4.4	Lançamento do Programa-Piloto de Mentoria em Indicações Geográficas para produtores da região amazônica.	INPI
1	4.4	Constituição de um observatório de tecnologias verdes em parceria com o Instituto Federal do Amazonas (IFAM) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).	INPI
1	4.4	Projeto de capacitação de estudantes de design em propriedade intelectual para o atendimento às demandas de design gráfico das IGs da região norte.	SEBRAE
1	5.1	Diagnóstico sobre as capacidades e competências necessárias nas IFES para gestão e comercialização da propriedade intelectual e transferência de tecnologia.	MEC
1	5.1	Plano de Trabalho para endereçar as necessidades diagnosticadas, conforme priorização e capacidade de execução dos órgãos envolvidos.	MEC
2	1.2	Criação de material de alcance nacional, incluindo linguagem regional, para divulgação sobre a importância dos DPI.	ABPI
2	1.2	Publicações educativas sobre tópicos relevantes e atualizações na temática da Propriedade Intelectual e sustentabilidade.	ICC Brasil
2	1.2	Campanhas educativas para sensibilização sobre a relação entre propriedade intelectual e sustentabilidade.	ICC Brasil
2	1.2	Eventos para divulgação de publicações e casos concretos de associados da International Chamber of Commerce (ICC) e de <i>stakeholders</i> parceiros sobre como a propriedade intelectual contribui efetivamente para a sustentabilidade, em suas 3 dimensões, econômica, social e ambiental, e para a busca de soluções aos desafios globais.	ICC Brasil
2	1.3	Elaboração de cartilha ilustrativa ou no formato de vídeo de até 30", retratando os riscos do uso de medicamentos e de produtos falsificados para a saúde da população.	ABIFINA
2	1.3	Divulgação de vídeo educativo orientando a população a identificar produtos falsificados, distinguindo-os de produtos originais.	ABIFINA
2	1.3	Campanha de combate a produtos ilegais: "Agricultor de Valor".	CropLife Brasil
2	1.4	Redação de edital de chamamento público para apresentação de propostas e escolha do slogan a ser utilizado na Campanha Nacional e apoio a sua divulgação pelas mídias da ABPI.	ABPI
2	1.6	Identificação de parcerias para o desenvolvimento dos jogos vencedores do "IP Challenge - Game Hackaton", que premia jogos criados para a conscientização de empresários e universitários sobre propriedade intelectual.	SEBRAE
2	1.8	Edição anual do Prêmio Patente do Ano da ABPI, com novas categorias de reconhecimento para premiação.	ABPI
2	2.1	Organização de chamada pública para sessões de mentorias no contexto da Semana de Comemoração do Dia Mundial da PI, em parceria com a International Chamber of Commerce (ICC Brasil).	MDIC
2	2.1	Coordenação das iniciativas nacionais para comemoração do Dia Internacional da Propriedade Intelectual_Edição 2024	MDIC
2	2.1	Coordenação das iniciativas nacionais para comemoração do Dia Internacional da Propriedade Intelectual_Edição 2025	MDIC

Eixo	Ação	Entregas	Unidade Coordenadora Responsável
2	2.2	Sessões de mentoria e de disseminação em PI aplicada aos negócios, por meio de especialistas do IP Mentoring Hub da ICC Brasil, no âmbito de programas e projetos do MDIC, para atingir públicos variados, incluindo representantes de universidades, startups, PMEs.	ICC Brasil
2	2.2	Realização de evento anual internacional “Seminário Internacional Patentes, Inovação e Desenvolvimento” (SIPID).	ABIFINA
2	2.2	Organização de painel sobre propriedade intelectual em eventos com participação da CNI, como exemplo: o Congresso de Inovação CNI.	CNI
2	2.2	Promoção de evento - Fórum Bioinsumos Brasil: Inovação e Crescimento Sustentável para o setor agrícola.	CropLife Brasil
2	3.1	Manutenção e ampliação do site "PI faz acontecer", com publicação de informações sobre propriedade intelectual, disseminação, eventos e capacitações.	INTERFARMA
2	4.2	Fomento à utilização efetiva de requisitos de propriedade intelectual e transferência de tecnologia para avaliação dos programas de pós graduação junto à CAPES.	INPI/MDIC
2	4.5	Realização de dois projetos-pilotos de mentoria para mulheres no âmbito do "Programa-piloto de Mentoria em PI" (PMPI).	INPI
2	4.5	Produção de estudo de pedidos de patentes com mulheres inventoras, com uso de dicionários de nomes.	INPI
2	4.5	Realização do evento “Inclusão e Propriedade Industrial”.	INPI
2	4.5	Realização do evento “Negros e Negras na Propriedade Industrial”.	INPI
2	4.5	Realização da exposição “Afro-Raízes da Propriedade Industrial”, no INPI.	INPI
2	4.5	Organização da VI Reunião Regional da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) sobre "Propriedade Intelectual e Equidade de Gênero".	INPI
2	4.5	Realização da II edição do Prêmio PI nas Escolas, com apoio do MEC.	INPI
2	4.5	Distribuição do Guia do Professor de PI, com banco de atividades.	INPI
2	4.5	Divulgação de vídeos sobre PI para docentes e para o público infanto-Juvenil.	INPI
2	4.5	Realização dos Encontros Regionais de Inserção da PI na Educação Básica.	INPI
2	4.5	Realização do II Encontro Nacional de Inserção da PI na Educação Básica.	INPI
2	4.5	Realização da iniciativa "O Encanto da PI: Propriedade Intelectual para Meninas STEAM".	INPI
2	4.5	Desenvolvimento de conteúdo sobre propriedade intelectual para a Plataforma AVAMEC, em parceria com MEC.	INPI
2	4.5	Disponibilização de conteúdo sobre propriedade intelectual na plataforma AVAMEC.	MEC
2	4.5	Seminário sobre a importância da propriedade intelectual nos ensinos fundamental, médio e superior.	ASPI/ABAPI
2	4.6	Elaboração e divulgação de material sobre propriedade intelectual com linguagem de negócios para micro e pequenas empresas, em formato digital, impressos e vídeos.	SEBRAE
2	4.6	Planejamento e execução de treinamento para sensibilização e aculturação sobre temas de DPI em até 14 localidades.	ABPI

Eixo	Ação	Entregas	Unidade Coordenadora Responsável
2	4.7	Capacitação, à distância, em negociação de contratos que transacionam ativos intangíveis (transferência de tecnologia, licenciamentos, desenvolvimento conjunto, cooperação universidade - empresa e outros).	LES Brasil
3	1.4	Implementação de medidas de reestruturação da segunda instância administrativa do INPI.	INPI
3	1.5	Estudo, com apoio da CNI, para contribuir com a identificação de potenciais medidas que assegurem previsibilidade orçamentária ao INPI.	MDIC
3	1.6	Implementação de ferramenta de avaliação pós-consumo dos serviços prestados pelo INPI.	INPI
3	1.6	Sistema adaptado para depósito simplificado de pedidos de desenho industrial	INPI
3	1.7	Contratação e treinamento de 40 examinadores de marcas.	INPI
3	1.7	Contratação e treinamento de 40 examinadores de patentes para as áreas de telecomunicações e biotecnologia.	INPI
3	1.9	Realização de workshops em tecnologias farmacêuticas para examinadores de patentes do INPI, sobre temas atuais do desenvolvimento científico e tecnológico do setor biofarmacêutico.	INTERFARMA
3	1.9	Capacitação de examinadores do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), por meio de visitas de campo e seminários técnicos.	CropLife Brasil
3	1.9	Visitas técnicas à indústria promovidas pela CNI para examinadores do INPI.	CNI
3	1.17	Implantação do Sistema IPAS da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), para gestão e automação completa do macroprocesso de concessão de desenhos industriais.	INPI
3	2.1	Criação de Grupo Técnico no âmbito do GIPI para articulação de entregas conjuntas nas áreas de indústria, inovação e educação, sob a perspectiva da propriedade intelectual.	MDIC
3	2.1	Criação de Grupo Técnico no âmbito do GIPI para articulação de entregas e projetos relacionados a propriedade intelectual e sustentabilidade.	MDIC
3	2.3	Workshops para debater normas e boas práticas sobre parcerias e comercialização de PI (P & D & I) no âmbito das universidades federais e estaduais, a fim de trazer maior segurança para interpretações jurídicas que permitam um <i>mindset</i> inovador nas universidades e que se utilizem das flexibilidades normativas existentes para aceitar determinados riscos inerentes ao processo inovador, viabilizando parcerias entre ICTs e Empresas. Público-alvo: procuradores federais e estaduais de universidades.	AGU/MDIC
3	2.3	Workshops para debater normas e boas práticas sobre parcerias e comercialização de PI (P & D & I) no âmbito das IFES, a fim de trazer maior segurança para interpretações jurídicas que permitam um ambiente e uma mentalidade propícios à inovação. Público-alvo: IFES.	MEC
3	2.3	Workshops para conscientização e disseminação de normas e boas práticas sobre parcerias e comercialização de PI (P & D & I) no âmbito das universidades federais e estaduais, a fim de trazer maior segurança para decisões administrativas que permitam um ambiente e uma mentalidade propícios à inovação, utilizando-se das flexibilidades normativas existentes para aceitar determinados riscos inerentes ao processo inovador, viabilizando parcerias entre ICTs e Empresas. Público-alvo: reitores e diretores de universidades federais e estaduais.	MCTI

Eixo	Ação	Entregas	Unidade Coordenadora Responsável
3	2.8	Fornecimento de dados de vigência patentária de medicamentos ao Ministério da Saúde e ao MDIC a partir de pesquisas às bases de dados da ABIFINA, incluindo treinamentos na área de propriedade intelectual.	ABIFINA
3	2.9	Mapeamento de oportunidades de sinergia entre o Plano de Ação da ENPI e as diretrizes e iniciativas nacionais de inovação publicadas pelo MCTI.	MDIC
3	2.9	Plano de Trabalho para implementação das oportunidades de sinergia entre as iniciativas da ENPI e do MCTI.	MDIC
3	2.10	Palestras, eventos e treinamentos sobre o SISGEN, incluindo o Manual de Acesso ao PG e ao CTA , para auxílio à indústria e à academia na compreensão da lei de biodiversidade e do cadastro do SISGEN.	ABIFINA
4	1.2	Realização do evento "Diálogo sobre regulamentação de patentes de biotecnologia" e lançamento do estudo de benchmarking internacional sobre o tema, com apoio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), MDIC e UE.	MDIC
4	1.3	Realização de oficina para debater as propostas resultantes dos relatórios do "Grupo Técnico para avaliação do controle e da rastreabilidade das Indicações Geográficas" e do Diálogo Técnico de Indicações Geográficas , no âmbito do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI).	MDIC
4	1.7	Realização de estudo sobre patentes essenciais a padrões tecnológicos e seus impactos sobre a concorrência.	CADE
4	1.10	Proposta de minuta de decreto, em substituição ao Decreto nº 2.553/1998, com vistas à regulamentar o conceito de "patentes de interesse da Defesa Nacional", bem como definir procedimentos para análise e processamento administrativo dos pedidos de patentes enquadrados como de interesse da Defesa Nacional.	MDIC/INPI/MD
4	1.13	Realização de tomada pública de subsídios sobre os artigos 32, 33 e 38 da Lei da Propriedade Industrial, e eventual proposição de atualização normativa.	INPI
4	1.13	Realização de consulta pública sobre propostas resultantes dos Diálogos Técnicos do GIPI para revisão da Lei da Propriedade Industrial, quanto a: direito de marcas no que tange o registro; direito de precedência; distintividade adquirida e registrabilidade de expressões de propaganda, e eventual proposição de atualização normativa.	INPI
4	1.13	Realização de tomada pública de subsídios sobre sistema de oposição e modelo de recolhimento para o registro de marcas, e eventual proposição de atualização normativa.	INPI
5	1.3	Workshop em Propriedade Intelectual para Juízes.	Escola de Magistrados do Tribunal Regional Federal da 2ª Região / ENFAM
5	1.5	Realização de cursos direcionados à especialização dos magistrados e peritos judiciais, visando qualificar as decisões judiciais e perícias em demandas relacionadas à violação de direitos de propriedade industrial.	ASPI
5	2.2	Inclusão de Indicações Geográficas na plataforma do Diretório Nacional de Combate à Falsificação de Marcas CNCP-INPI.	INPI

Eixo	Ação	Entregas	Unidade Coordenadora Responsável
5	2.2	Realização de treinamentos de agentes públicos para utilização da plataforma Diretório Nacional de Combate à Falsificação de Marcas CNCP-INPI.	INPI
6	1.1	Construção de plataforma de informações, manipuláveis dentro de painel analítico em Power-BI, sobre pedidos de patentes relacionados a tecnologias do setor farmacêutico depositados no Brasil a partir do ano 2000.	Grupo FarmaBrasil
6	1.2	Sondagem de demandas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) que envolvam base de dados e PI.	MDIC
6	1.2	Realização de estudos de prospecção tecnológica em parceria com a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI).	MDIC
6	7.3	Planejamento do Matchmaking Amazônia, para promover a articulação e a interação entre entidades empresariais e científicas relacionadas ao uso de bioinsumos da biodiversidade da Amazônia.	MDIC
6	7.3	Lançamento da Vitrine MEC de Tecnologias.	MEC
6	7.3	Apoio às missões identificadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, sob a perspectiva da propriedade intelectual em todos os seus aspectos, como ferramenta estratégica de política industrial e de inovação.	MDIC
7	1.2	Identificação de duas novas oportunidades de cooperação com Escritórios de PI estrangeiros, com intermediação de contatos para o Escritório brasileiro e de acordo com diretrizes de políticas públicas.	MRE
7	1.2	Intermediação da renovação de instrumentos de cooperação técnica do INPI com congêneres internacionais, de acordo com interesse das partes e diretrizes de políticas públicas.	MRE
7	1.2	Coordenação e relatoria da participação do Brasil na "Conferência Diplomática sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos" e na "Conferência Diplomática para celebração e adoção de um tratado sobre o Direito de Desenhos Industriais", preparadas com base nos aportes do grupo de trabalho conjunto estabelecido com as partes interessadas no Governo.	MRE
7	1.2	Realização de evento (IP Talks) para troca de experiências em temas de PI entre representantes do governo brasileiro e representantes de governos estrangeiros no Brasil com apoio do UKIPO.	MDIC
7	2.6	Estudo de avaliação sobre conveniência e oportunidade da adesão do Brasil ao Acordo de Lisboa para a proteção internacional das indicações geográficas.	MDIC
7	2.6	Realização de benchmarking internacional e apresentação de subsídios técnicos para o processo de internalização do Tratado de Budapeste para o depósito internacional de microrganismos para fins de exame de patentes.	INPI
7	2.6	Elaboração de subsídios técnicos em preparação para o processo de internalização do Tratado de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados da OMPI	INPI
7	2.7	Adesão ao Global-PPH.	INPI
7	2.11	Tradução e disseminação dos estudos desenvolvidos no âmbito do projeto "Agenda de Desenvolvimento sobre direitos autorais e distribuição de conteúdo no ambiente digital", em parceria com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) .	MRE
7	2.14	Mapeamento de ambientes promotores de inovação no exterior, realizados no âmbito do programa "Diplomacia da Inovação", publicados a partir de 2025 com informações sobre ecossistema de PI nos países de referência.	MRE

Eixo	Ação	Entregas	Unidade Coordenadora Responsável
7	2.14	Piloto de capacitação em PI na fase preparatória de missões do programa "Diplomacia da Inovação"	MRE
7	3.1	Revisão e atualização do conteúdo de propriedade intelectual do portal "Aprendendo a Exportar".	MDIC
7	3.1	Avaliação dos materiais e serviços de propriedade intelectual que podem ser agregados à loja do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) na Plataforma BraExp.	MDIC/ApexBrasil
7	3.1	Realização de abordagem de propriedade intelectual no programa "Elas Exportam".	MDIC/ApexBrasil
7	3.1	Inserção de iniciativas de propriedade intelectual nas atividades da Política Nacional de Cultura Exportadora.	MDIC
7	3.4	Capacitação para multiplicadores da Apex-Brasil sobre a importância estratégica da PI e os serviços oferecidos pelo INPI, por meio de webinars, palestras e disponibilização de vagas nos cursos oferecidos pela Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento do INPI.	INPI/ApexBrasil
7	3.4	Capacitação para empresas promovidas pela Apex-Brasil sobre o uso estratégico da PI como ferramenta de acesso a mercados.	INPI/ApexBrasil

Fonte: elaboração própria, SCCR/DEPIQ/CGPI

Com o objetivo de ilustrar as iniciativas, bem como permitir uma compreensão mais clara quanto à natureza dos trabalhos empreendidos, será apresentado um resumo das atividades e resultados obtidos para algumas das entregas concluídas por eixo estratégico. As informações completas sobre todas as ações e respectivas entregas estão disponíveis no Anexo 1 do presente relatório.

Eixo 1 _Entregas Concluídas

- Ação 1.2, Entrega: “Realização das ações do "Programa de Mentoria em Propriedade Intelectual" do INPI”. No contexto desta entrega, o INPI coordenou a execução das iniciativas do Programa de Mentoria em PI, compreendendo o atendimento a empreendedores(as) vinculados(as) ao Programa Inova Amazônia e ao Programa Elas Exportam (MDIC/ApexBrasil). Ao longo dos dois anos de vigência do segundo Plano de Ação, foram realizadas 394 mentorias, viabilizadas, inclusive, por meio de parcerias regionais que possibilitaram ampla mobilização do ecossistema de inovação. As mentorias prestadas no âmbito desses programas, que visam apoiar empreendedores(as) na estruturação e comercialização de suas criações e inovações, contribuíram

para fortalecer a cultura de proteção de ativos intelectuais e ampliar a compreensão estratégica da Propriedade Intelectual como elemento de competitividade e posicionamento de mercado.

- Ação 1.2, Entrega: “Mapeamento e aplicabilidade de requisitos de propriedade intelectual e transferência de tecnologia para inclusão em editais de fomento da CAPES, e realização de workshop com as entidades interessadas.”. MDIC e INPI coordenaram a elaboração de um repositório de cláusulas de propriedade intelectual em editais de fomento federais e estaduais, a fim de ter um retrato quantitativo e qualitativo sobre o uso da PI nos financiamentos públicos em pesquisa, desenvolvimento e inovação. No entanto, vale ressaltar que os editais da CAPES não fizeram parte do repositório por possuírem uma estrutura diferenciada de fomento. Sendo assim, foram realizadas reuniões com a alta gestão da CAPES para sensibilização e para buscar a inserção da temática de PI no colegiado da Instituição, o que resultou numa proposta de uma comissão de PI (para promover o aumento da consideração dos critérios de PI existentes na avaliação dos programas), a qual segue em análise na CAPES.
- Ação 1.3, Entrega: “Sessões de mentorias em propriedade intelectual e negócios para projetos selecionados nos ciclos do programa "Empreendedoras.tech", em parceria com a ICC Brasil". Sob a coordenação do MDIC, e com apoio dos mentores do IP Mentoring Hub do Comitê de PI da ICC Brasil, destaca-se a realização de mentorias coletivas para conceitos introdutórios e nivelamento em PI e sessões de mentorias individualizadas aplicadas aos projetos de base tecnológica de cada empreendedora selecionada no âmbito do projeto Empreendedoras Tech. Esta entrega é contínua e acompanha cada ciclo do Programa, sendo que no último semestre do PA 23-25 não houve ciclo e, portanto, não foram demandadas mentorias em PI.
- Ação 1.3, Entrega: “Estudos de prospecção tecnológica e de inteligência estratégica para atender à formulação e à implementação de políticas públicas”. Sob a coordenação do INPI, e além dos resultados já destacados no [segundo relatório de monitoramento semestral](#), os esforços empreendidos ao longo do

último período do Plano resultaram na conclusão de quatro estudos estratégicos de grande relevância: "Estudo Econômico de Inteligência Estratégica em Inovação - Biocombustíveis" (publicado em maio/2025), "Metalurgia da Transformação do Ferro e do Aço, com viés de Sustentabilidade" (publicado em maio/2025) e estudo sobre Baterias (publicado em Julho/2025), este último elaborado pelo Grupo Técnico de Inteligência em Propriedade Industrial (GTIPI), instituído com a finalidade de coordenar e produzir estudos para subsidiar a implementação da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI), bem como a atuação do governo federal no tema de propriedade industrial. O GTIPI tem como objetivo, outrossim, alinhar suas iniciativas com as missões delineadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), visando produzir estudos com resultados práticos e relevantes para a Nova Indústria Brasil (NIB). Nesse sentido, o tema, Bateria, escolhido está alinhado com a missão 5 da NIB – “Bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas para garantir os recursos para as gerações futuras”. Todos os estudos podem ser acessados através dos links: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/assuntos/informacao/radares-tecnologicos> e <https://www.gov.br/inpi/pt-br/assuntos/informacao/estudos-setoriais>;

- Ação 2.1, Entrega: “Oficinas sobre serviços especializados em propriedade intelectual, “IP Days” e cursos de treinamento para uso dos monitoramentos de pedidos de patentes (MPP).” – coordenação da ABIFINA. Foram realizados 2 IP Days e diversos treinamentos para uso dos monitoramentos de patentes, tanto para instituições associadas como para universidades e instituições públicas com interesse nos mapeamentos. Esses treinamentos explicam como os pesquisadores podem utilizar as informações patentárias, de forma estratégica, para gerar inovações sem infringir patentes de terceiros, para compreender o estado da arte sobre a tecnologia de interesse e para direcionar pesquisas e desenvolvimentos com decisões baseadas em conhecimento.
- Ação 2.2, Entrega: “Promoção de evento - Fórum Bioinsumos Brasil: Inovação e Crescimento Sustentável para o setor agrícola” – coordenação CropLife Brasil. Evento realizado no dia 06/11/2024 em Brasília, contando com a participação

do Vice-Presidente e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, além de outros nomes de relevância, como o secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, Guilherme Piai Filizzola; a secretária de Políticas e Programas Estratégicos do MCTI, Andrea Latgé. O evento objetivou apresentar dados e informações sobre o setor de produtos biológicos, como um estudo da Fundação Getúlio Vargas e uma projeção de mercado para a safra 2024/2025, além de debater sobre os desafios e oportunidades dessa tecnologia para a agricultura brasileira, parte essencial dos esforços para a promoção de práticas agrícolas de baixo impacto. Houve um painel para debater a inovação no setor de bioinsumos, contando com a participação de Alexandre Dantas, Diretor de Patentes, Programas de Computador e Topografias de Circuitos Integrados do INPI, Mariângela Hungria, Pesquisadora da Embrapa, Carlos Goulart, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária, Aldo Rebelo, Jornalista e escritor e Diogo de Souza Nalle, Representante da Tereos Brasil, ressaltando-se o tema de propriedade intelectual no agro e a necessidade de sistemas robustos de PI para incentivar a inovação em produtos biológicos. Mais informações podem ser acessadas através dos links:

<https://croplifebrasil.org/fbb;>

<https://croplifebrasil.org/noticias/forum-bioinsumos-brasil-debate-sobre-potencial-do-pais-para-lideranca-global-no-setor/>

<https://croplifebrasil.org/noticias/avanco-cientifico-e-desafios-regulatorios-sao-cruciais-para-a-expansao-dos-bioinsumos-no-brasil-aponta-fgv/>

- Ação 3.4, Entrega: “Mapeamento e aplicabilidade de requisitos de propriedade intelectual e transferência de tecnologia para inclusão em editais da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e em bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), entidades vinculadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e realização de workshop com as entidades interessadas.” MDIC e INPI coordenaram a elaboração de um repositório de cláusulas de propriedade intelectual em editais de fomento federais e estaduais, a fim de ter um retrato quantitativo e qualitativo sobre o uso da PI nos financiamentos públicos em pesquisa, desenvolvimento e

inovação. A partir do repositório elaborado pelos servidores do INPI e revisado pelo MDIC, as instituições organizaram um evento para debater o tema com as entidades de fomento federais (FINEP e CNPq) e estaduais (Fundações de Amparo à Pesquisa - FAPs). Considerando os insumos do debate e o repositório, foi elaborado relatório executivo conjunto MDIC e INPI, com o objetivo de dar conhecimento das cláusulas já utilizadas por meio do repositório, ao mesmo tempo em que levanta questionamentos debatidos sobre as melhores práticas e cláusulas mais adequadas a cada edital, considerando resultados esperados, público-alvo e vários outros fatores relevantes para que o uso da PI seja de fato estratégico para qualificar e proteger os investimentos públicos, e não mais um obstáculo a bons projetos de inovação. O relatório está em fase de edição final para publicação.

- Ação 4.3, Entrega: “Lançamento de edital para apoio ao desenvolvimento e promoção de Indicações Geográficas por meio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”. Coordenada pelo MEC, esta entrega foi executada a partir da publicação do edital em 10 de junho de 2025. O edital teve como objetivo apoiar territórios brasileiros na estruturação de processos de reconhecimento de IGs, fortalecendo a identidade cultural, a organização socioprodutiva, o desenvolvimento territorial sustentável e a valorização de produtos tradicionais. Para isso, serão realizadas atividades de capacitação, diagnósticos territoriais, treinamentos, apoio técnico especializado, desenvolvimento de materiais metodológicos e ações de comunicação. Os projetos deverão ser executados até 2028. No total, serão selecionados 40 projetos a serem apoiados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de cada região.
- Ação 4.4, Entrega: “Constituição de um observatório de tecnologias verdes em parceria com o Instituto Federal do Amazonas (IFAM) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).” Coordenada pelo INPI, esta entrega foi composta pelas seguintes etapas

- 1) "Treinamento continuado em metodologias de estudos e de prospecção tecnológica que utilizam informação contida em documentos de patentes" disponibilizado na Academia Virtual do INPI;
- 2) Treinamento realizado;
- 3) Metodologia para o Observatório de Tecnologias verdes concluída;
- 4) Observatório de Tecnologias Verdes estruturado e iniciado.

Todas as etapas foram concluídas com sucesso. O [Observatório de tecnologias verdes](#) foi lançado em 04/11/24, durante a ExpoAmazônia Bio & TIC, em Manaus (AM). Além disso, foi publicado o primeiro estudo do observatório com apoio dos parceiros na região amazônica (IFAM e SUFRAMA): "[Uso do programa de Trâmite prioritário de Patentes de Tecnologias Verdes no Brasil](#)".

- Ação 4.4, Entrega: “Projeto de capacitação de estudantes de design em propriedade intelectual para o atendimento às demandas de design gráfico das IGs da região norte.” Coordenada pelo SEBRAE, o projeto foi desenvolvido em parceria com os cursos de Design da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e estruturado em onze etapas. Iniciou-se com a formalização das parcerias institucionais e a seleção das IGs participantes e dos estudantes de design envolvidos. Em seguida, foi realizada uma aula magna de apresentação do projeto, complementada por capacitação ministrada pelo INPI sobre propriedade intelectual, com foco em indicação geográfica e desenho industrial. Os alunos também participaram de três workshops voltados a temas de design e inovação, seguidos por uma reunião de integração entre estudantes e representantes das IGs. A etapa seguinte contemplou as pesquisas indireta (bibliográfica e documental) e direta (visitas técnicas dos alunos às IGs participantes), que subsidiaram o desenvolvimento de soluções de design adaptadas às especificidades de cada indicação geográfica. O projeto foi concluído com a apresentação e avaliação dos resultados obtidos, consolidando o aprendizado e promovendo a aplicação prática dos conceitos de propriedade intelectual no contexto regional. O projeto foi concluído com sucesso em março de 2025.

Eixo 2_Entregas Concluídas

- Ação 1.3, Entrega: Campanha de combate a produtos ilegais: "Agricultor de Valor". Coordenada pela CropLife Brasil com o objetivo de alertar agricultores sobre o uso de ilegais na produção agrícola. A iniciativa oferece, também, um canal para denúncias anônimas, onde o usuário pode denunciar o comércio, transporte e o uso de produtos ilegais em qualquer propriedade rural. A campanha é composta por peças produzidas para as redes sociais da CropLife Brasil, como Instagram, LinkedIn, Facebook, YouTube e site oficial. A entrega foi estruturada em 6 fases, tendo as fases I a V sido entregues ao longo do primeiro semestre de execução do Plano e já destacadas no segundo relatório de monitoramento semestral. As notícias divulgadas na fase VI podem ser acessadas através dos seguintes links:

<https://agfeed.com.br/economia/pirataria-croplife-destina-390-toneladas-de-defensivos-falsos-para-incineracao-em-2023/>

<https://agfeed.com.br/caminhos-do-agro/mercado-de-mais-de-r-22-bi-ao-ano-insumos-piratas-semeiam-prejuizos-no-campo/>

<https://reporterbrasil.org.br/2024/04/mercado-livre-magalu-agrotoxicos-antipulgas/>

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reporter-brasil/2024/04/10/mercado-livre-e-magalu-vendem-agrotoxicos-ilegalmente-como-antipulgas.htm>

<https://valor.globo.com/impresso/noticia/2024/04/11/comercio-ilegal-de-agrotoxicos-dispara-sinal-de-alerta-no-governo-e-na-industria.ghtml>

<https://www.youtube.com/watch?v=0jjshIJyku0>

<https://portalcabcampinas.com.br/2024/04/apreensoes-de-agrotoxicos-cresceu-mais-de-100-nos-ultimos-anos/>

<https://globoplay.globo.com/v/12687351/>

https://www18.fgv.br/mailling/2024/Presidencia/FGV_Agro/Agroanalysis_Agosto_2024/36/

https://www.em.com.br/agropecuario/2024/12/7006920-golpe-no-agronegocio-setor-sofre-com-o-roubo-de-defensivos-agricolas.html#google_vignette
<https://www.agenciaradioweb.com.br/loadmap/materia.php?idmateria=402775>
<https://monitoring.knewin.com/front/noticia/?k=T1RZMU5ERTBNalFtTVRVMU1RPT0=&id=96541424>

- Ação 4.5, Entrega: “Desenvolvimento de conteúdo sobre propriedade intelectual para a Plataforma AVAMEC, em parceria com MEC”. Sob coordenação do INPI, o curso será voltado a professores da rede pública de ensino médio e técnico, com o objetivo de proporcionar conhecimentos básicos sobre propriedade intelectual. A iniciativa busca capacitá-los para despertar o interesse dos alunos pelo tema, seja como futuros empreendedores, inventores ou criadores de conteúdo, e orientá-los quanto à identificação de possíveis ativos de PI desenvolvidos em sala de aula. O material didático sobre propriedade intelectual e direito autoral foi elaborado e encaminhado ao MEC em abril de 2025. O curso será disponibilizado pelo MEC em breve na plataforma.
- Ação 4.5, Entrega: “Seminário sobre a importância da propriedade intelectual nos ensinos fundamental, médio e superior.” Organizado pela ABAPI e ASPI, o evento teve como objetivo promover debates e reflexões sobre a inserção da temática de Propriedade Intelectual nos currículos dos ensinos fundamental, médio e superior, destacando sua relevância para o desenvolvimento e o fomento da inovação no País. O evento reuniu especialistas, educadores, gestores públicos e acadêmicos para discutir estratégias pedagógicas, políticas públicas e experiências práticas relacionadas ao tema, além de explorar como a conscientização sobre PI pode gerar impactos positivos em diversas áreas do conhecimento. O Seminário foi transmitido pelo Youtube e pode ser acessado por este [link](#).
- Ação 4.6, Entrega: “Planejamento e execução de treinamento para sensibilização e acultramento sobre temas de DPI em até 14 localidades.”.

Coordenada pela ABPI, os treinamentos foram realizados em 14 localidades (Belo Horizonte/MG, Vitória/ES, Cuiabá/MT, Maceió/AL, Manaus/AM, Salvador/BA, Goiânia/GO e Florianópolis/SC, em 2024, bem como, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Macapá/AP, Campinas/SP, Porto Alegre/RS e Brasília/DF, em 2025) e contou com palestras introdutórias sobre Propriedade Intelectual, abordando seus fundamentos e as formas de proteção e gestão dos ativos de PI. Contou, ainda, com palestras de importantes atores regionais que abordaram o tema da Propriedade Intelectual aplicado à localidade, o que trouxe mais identificação e uma dimensão prática para os ouvintes, dentre os quais, empresários, estudantes e demais interessados no tema.

- Ação 4.7, Entrega: “Capacitação, à distância, em negociação de contratos que transacionam ativos intangíveis (transferência de tecnologia, licenciamentos, desenvolvimento conjunto, cooperação universidade-empresa e outros).” Sob a coordenação da LES Brasil e apoio do MDIC, foram realizadas duas edições desta capacitação, com duração de 4h30min/edição. A capacitação trouxe conceitos e melhores práticas na negociação de contratos de propriedade intelectual para um público variado de representantes de ICTs, empresas e pesquisadores independentes, totalizando 175 pessoas inscritas. Foi uma entrega bem-sucedida e que contribuiu para a qualificação dos profissionais que já atuam na área de inovação e que buscam experiência prática para os desafios nas parcerias entre ICTs e empresas.

Eixo 3_Entregas Concluídas

- Ação 1.9, Entrega: “Capacitação de examinadores do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), por meio de visitas de campo e seminários técnicos”. Coordenada pela Croplife Brasil, a primeira rodada de visitas foi realizada em 23 e 24 de outubro de 2024, no interior de São Paulo, nas instalações da ESALQ/USP, CTC e BASF. A segunda rodada ocorreu em 26 de novembro/2024, em Petrolina, nas instalações de biotecnologia da Bayer. Focada em demonstrar o desenvolvimento de insumos agrícolas destinados ao uso no campo, as visitas abordaram a pesquisa realizada pela Universidade

USP, em parceria com o setor privado, na área de produtos biológicos, destacando-se a importância da academia no processo de P&D, além das parcerias público-privadas. Além disso foram visitas instalações do CTC – Centro de Tecnologia Canavieira, com informações sobre os desafios e oportunidades da pesquisa em cana-de-açúcar no Brasil, e a BASF, focando-se no desenvolvimento de agroquímicos, ressaltando-se diversos pontos de relevância para o processo de inovação. Por fim, visitaram-se instalações da empresa Bayer para demonstrar o processo de desenvolvimento de novas biotecnologias. Por meio das visitas foi possível estabelecer um diálogo técnico e científico para demonstrar o processo de inovação no agro de forma clara e atualizada aos examinadores do INPI. Mais informações podem ser obtidas em <https://croplifebrasil.org/noticias/croplife-brasil-coordena-capacitacao-de-examinadores-do-instituto-nacional-da-propriedade-industrial-inpi/>;

- Ação 1.9, Entrega: “Realização de workshops em tecnologias farmacêuticas para examinadores de patentes do INPI, sobre temas atuais do desenvolvimento científico e tecnológico do setor biofarmacêutico.”. Coordenada pela INTERFAMA, foi realizada, no dia 20/08/25, uma visita técnica que contou com a participação de 15 pesquisadores em PI da área de Biotecnologia às instalações da Unidade MOC da Novo Nordisk – Montes Claros – MG. A visita foi dividida em uma parte expositiva, com uma apresentação pelos responsáveis pela empresa, mostrando sua estruturação, aquisição e modernização do parque fabril e obtenção da insulina, a inserção e impacto da Novo Nordisk na economia da região, bem como a importância do site como um centro de desenvolvimento e fornecimento de insulina no Brasil e no mundo. Em seguida, o grupo de servidores do INPI teve acesso à planta produtiva, aos processos biotecnológicos visando obtenção de enzimas recombinantes, ao setor de montagem, ao setor de embalagem e aos laboratórios usados para acompanhamento da produção e controle de qualidade. Em cada uma dessas etapas o grupo interagiu com profissionais especializados. Alguns dos destaques levantados pelos pesquisadores: (i) grau de automação dos processos; (ii) o foco em qualidade e acompanhamento dos processos e, (iii) preparo para a expansão da fábrica em 2028.

- Ação 2.10, Entrega: “Palestras, eventos e treinamentos sobre o SISGEN, incluindo o Manual de Acesso ao PG e ao CTA, para auxílio à indústria e à academia na compreensão da lei de biodiversidade e do cadastro do SISGEN.” Coordenada pela ABIFINA, esta entrega destina-se à compreensão da Lei de Biodiversidade e para as diversas formas de cadastro de atividades relacionadas ao patrimônio genético brasileiro e ao conhecimento tradicional associado. Com edições anuais, foram realizadas uma série de palestras e treinamentos para empresas associadas, instituições públicas que pesquisam a biodiversidade brasileira e startups. As palestras e treinamentos tiveram o objetivo de capacitar os pesquisadores no cadastro correto de suas pesquisas no SISGEN, tanto para acesso ao patrimônio genético como para acesso ao conhecimento tradicional associado.

Eixo 4 _Entregas Concluídas

- Ação 1.3, Entrega: “Realização de oficina para debater as propostas do "Grupo Técnico para avaliação do controle e da rastreabilidade das Indicações Geográficas" do GIPI e avaliar a adequação ou necessidade de atualização”. Coordenada pelo MDIC, a oficina foi realizada em painel do [Evento Origens Brasileiras](#), em 28 de novembro de 2024. Promovido pelo INPI e pelo Sebrae, e com apoio, além do MDIC, também da Embaixada da França no Brasil, da Associação Brasileira das Indicações Geográficas (Abrig), do Programa AL Invest Verde da União Europeia e da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), o evento reuniu produtores, empresas, instituições e especialistas, com o objetivo de abordar conteúdos técnicos e boas práticas de gestão, além de destacar a importância das IGs e das marcas coletivas no mercado atual, fortalecendo o papel desses ativos no desenvolvimento regional e nas políticas públicas.
- Ação 1.7, Entrega: “Realização de estudo sobre patentes essenciais a padrões tecnológicos e seus impactos sobre a concorrência.”. Com a coordenação do

CADE, esta iniciativa teve como objetivo aprofundar o entendimento sobre as **Standard Essential Patents (SEPs)**. O estudo foi apresentado em um seminário realizado pelo CADE, em parceria com o MDIC, em 25 de setembro de 2025, onde foram discutidos aspectos como a regulação das SEPs em diferentes jurisdições, os desafios do licenciamento e os impactos nos mercados de alta tecnologia e inovação. O estudo pode ser acessado através deste [link](#).

- Ação 1.10, Entrega: “Proposta de minuta de decreto, em substituição ao Decreto nº 2.553/1998, com vistas à regulamentar o conceito de “patentes de interesse da Defesa Nacional”, bem como definir procedimentos para análise e processamento administrativo dos pedidos de patentes enquadrados como de interesse da Defesa Nacional.”. Resultado de um trabalho conjunto entre INPI, Ministério da Defesa (MD) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), essa entrega teve como ponto de partida a necessidade de atualização do Decreto nº 2.553/1998, diante das lacunas identificadas quanto à definição do conceito de “patentes de interesse da Defesa Nacional” e à ausência de procedimentos claros para o seu tratamento administrativo. A motivação dos trabalhos esteve centrada na busca por um equilíbrio entre a proteção adequada de tecnologias sensíveis e a celeridade processual, de modo a garantir segurança jurídica aos depositantes e eficiência na atuação do Estado em matérias estratégicas. O grupo concluiu a elaboração da minuta do decreto em julho de 2025. Os trabalhos prosseguirão, com o objetivo de assegurar o cumprimento de todas as etapas necessárias até a efetiva publicação do novo decreto.

Eixo 5_Entregas Concluídas

- Ação 2.2, Entrega: “Inclusão de Indicações Geográficas na plataforma do Diretório Nacional de Combate à Falsificação de Marcas CNCP-INPI.”. Coordenada pelo INPI, essa entrega foi desenvolvida em quatro etapas principais: finalização da plataforma para validação; validação da página

eletrônica junto à Diretoria de Marcas e sua apresentação à Administração; apresentação da ferramenta ao CNCP/MJSP e à CGPI/MDIC; e, por fim, disponibilização pública da plataforma de Indicações Geográficas. O lançamento oficial ocorreu em 28 de novembro, durante o evento [Origens Brasileiras](#). O Diretório CNCP-INPI funciona como um centro de informações estratégicas destinadas aos agentes públicos atuantes no combate às falsificações, autorizados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública através da Resolução nº 01 de 02 dezembro de 2013, como Autoridades Aduaneiras, Polícias Judiciárias e Ministério Público. O objetivo é auxiliar agentes públicos que estão no fronte do combate às falsificações, através de um suporte administrativo para autoridades públicas que passam a contar não só com um sistema de informações estratégicas, como o apoio focal de servidores públicos especialistas em marcas do INPI.

Eixo 6 Entregas Concluídas

- Ação 1.2, Entrega: “Realização de estudos de prospecção tecnológica em parceria com a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI)”. Coordenada pelo MDIC, esta entrega resultou da cooperação técnica firmada com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) para a elaboração de estudos de prospecção tecnológica voltados a setores estratégicos. O [estudo](#) dedicado ao setor agroalimentar (Agrifood), foi publicado pela OMPI em novembro de 2024, abrangendo inovações globais relacionadas à produção agrícola (agritech) e ao consumo de alimentos (foodtech). O relatório analisou mais de 3,5 milhões de invenções patenteadas nos últimos 20 anos e destacou tendências tecnológicas, distribuição geográfica das inovações e principais atores do setor. Com o intuito de aprofundar a análise sobre o panorama brasileiro e subsidiar políticas públicas voltadas à inovação no agronegócio, foi acordada, ainda como parte desta entrega, a elaboração de um recorte específico com foco no Brasil. Este, desenvolvido de fevereiro a abril de 2025 e publicado em junho/25, teve como foco o setor Agritech, com ênfase em conectividade,

sensores e agricultura inteligente, agricultura de precisão, robótica, drones e automação. O recorte pode ser acessado através deste [link](#).

- Ação 7.3, Entrega: “Planejamento do Matchmaking Amazônia, para promover a articulação e a interação entre entidades empresariais e científicas relacionadas ao uso de bioinsumos da biodiversidade da Amazônia.”. Coordenada pelo MDIC, a ação resultou na formalização de uma parceria com o Sebrae, visando à complementariedade entre os recursos do Programa Euroclima e a iniciativa Inova Amazônia Global Edition, que será lançada durante a COP-30. A proposta foi submetida, avaliada e aprovada pelo Euroclima no âmbito do Plano de Ação 2023–2025, e sua execução está prevista para o Plano de Ação 2025–2027, sob o título “Realização de matchmaking em tecnologias derivadas de bioinsumos da Amazônia.”.

Eixo 7 _Entregas Concluídas

- Ação 1.2, Entrega: “Coordenação e relatoria da participação do Brasil na "Conferência Diplomática sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos" e na "Conferência Diplomática para celebração e adoção de um tratado sobre o Direito de Desenhos Industriais", preparadas com base nos aportes do grupo de trabalho conjunto estabelecido com as partes interessadas no Governo”. Coordenada pelo MRE, destaca-se a: (1) participação brasileira na Conferência sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos (RGs) e Conhecimentos Tradicionais Associados (CTAs); (2) Coordenação com INPI e demais interessados na Conferência sobre o Tratado de Legislação sobre Desenhos Industriais realizada em outubro de 2024, e; (3) participação na conferência diplomática entre 11 e 22 de novembro de 2024. Assim, os objetivos brasileiros foram alcançados, o tratado da OMPI sobre PI, RGs e CTAS celebrado e o tratado sobre direito de desenhos industriais inclui cláusulas sobre proteção de conhecimentos tradicionais e de assistência técnica a países em desenvolvimento.

- Ação 2.6, Entrega: “Realização de benchmarking internacional e apresentação de subsídios técnicos para o processo de internalização do Tratado de Budapeste para o depósito internacional de microrganismos para fins de exame de patentes.”. Coordenada pelo INPI, a entrega resultou na elaboração de subsídios técnicos com o objetivo de embasar o processo de internalização do Tratado de Budapeste. O MDIC conduziu estudos e análises complementares sobre os próximos passos relacionados à implementação das recomendações apresentadas. Ressalta-se que o instrumento de adesão ao Tratado de Budapeste foi depositado junto à Organização Mundial da Propriedade Intelectual em 20 de outubro, restando apenas a etapa de promulgação presidencial para sua plena vigência no país.
- Ação 2.14, Entrega: “Piloto de capacitação em PI na fase preparatória de missões do programa "Diplomacia da Inovação". Coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), essa entrega teve como objetivo integrar a temática da propriedade intelectual às etapas preparatórias das missões realizadas no âmbito do programa Diplomacia da Inovação (PDI), fortalecendo a inserção estratégica do Brasil em ecossistemas internacionais de inovação. O INPI participou ativamente da iniciativa desde sua concepção, integrando a reunião de coordenação geral do MRE com as entidades parceiras do PDI, realizada em junho de 2023, e o encontro com os SECTECs do Canadá e dos Estados Unidos, em março de 2024. Posteriormente, em outubro de 2024, o Instituto participou do workshop “Estratégias de PI para Negócios”, organizado pela Embaixada do Brasil em Singapura em parceria com a OMPI. Como resultado, o INPI passou a integrar formalmente a lista de entidades parceiras do programa, recebendo dos SECTECs no exterior as propostas de atividades a serem realizadas no âmbito do PDI. Essa inclusão permite que o Instituto participe diretamente da capacitação dos representantes brasileiros antes das missões internacionais, oferecendo orientações estratégicas sobre propriedade intelectual e promovendo a difusão de conhecimento técnico essencial para o posicionamento competitivo do país em ambientes de inovação global.

- Ação 3.4, Entrega: “Capacitação para empresas promovidas pela Apex-Brasil sobre o uso estratégico da PI como ferramenta de acesso a mercados”. Resultado da parceria entre o INPI e a ApexBrasil, essa entrega teve como propósito difundir o uso estratégico da propriedade intelectual entre empresas exportadoras e potenciais exportadoras, fortalecendo sua competitividade internacional e a valorização de ativos intangíveis como diferencial de mercado. Com previsão inicial des 16 ações de capacitação, distribuídas ao longo dos oito trimestres do período, até janeiro de 2025, foram realizadas 17 ações, superando a meta estabelecida. Destas, 7 ações (41%) ocorreram no contexto de programas diretamente promovidos pela ApexBrasil, enquanto 10 foram realizadas em cooperação com outras instituições parceiras.

Entregas Não Concluídas

Como destacado anteriormente, 47 das 171 entregas previstas no Plano de Ação 2023–2025 não foram integralmente concluídas. Ainda assim, os esforços empreendidos resultaram em iniciativas predominantes de disseminação e capacitação de grande relevância, embora de impacto menos imediato e difícil mensuração no curto prazo, uma vez que transformações de natureza cultural e educativa demandam tempo para se consolidar em resultados concretos.

Não obstante a revisão realizada após o primeiro ano de vigência do Plano de Ação, com o propósito de aprimorar sua execução e ampliar o alcance das metas estabelecidas, verificou-se que a plena execução de determinadas entregas foi afetada pela imprevisibilidade de alguns fatores inerentes à implementação de processos em ambiente interinstitucional. O desafio de antecipar mudanças organizacionais, restrições orçamentárias e de pessoal, e dependência de parcerias externas estiveram entre os principais elementos que dificultaram a conclusão de parte das iniciativas.

A Tabela 5 apresenta uma visão geral sobre as entregas não concluídas.

Tabela 5 – Entregas não concluídas – PA 23-25

EIXO	AÇÃO	ENTREGA	COORDENAÇÃO	% Concluído
1	1.2	Ações de sensibilização para as startups do Inovativa terem maior interesse na proteção de seus potenciais ativos de PI.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)	60%

EIXO	AÇÃO	ENTREGA	COORDENAÇÃO	% Concluído
1	1.3	Produção de cartilhas sobre propriedade intelectual.	Confederação Nacional da Indústria (CNI)	60%
1	2.2	Produção de vídeos para orientar sobre propriedade intelectual.	Confederação Nacional da Indústria (CNI)	30%
1	4.3	Divulgação de guias sobre estratégias de gestão coletiva e governança de Indicações Geográficas	Ministério das Relações Exteriores (MRE) / Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)	50%
1	4.4	Capacitação de comunidade quilombola em PI.	Escritório de Propriedade Intelectual do Reino Unido (UKIPO)	40%
1	5.1 5.1.2 5.1.3 5.1.8 5.1.9	Desenho de programa de apoio à transferência de tecnologia e a parcerias para geração de ativos de PI entre ICTs e empresas, promovendo o uso estratégico da PI e levando conhecimento e tecnologia das ICTs ao mercado e à sociedade, considerando a Nova Indústria Brasil (NIB).	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)	80%
1	5.1 5.1.2 5.1.3 5.1.8 5.1.9	Realização de rodadas de matchmaking em tecnologias verdes entre empresas e Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) para fins de desenvolvimento tecnológico colaborativo.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)	20%
1	5.1 5.1.2 5.1.3 5.1.8 5.1.9	Eventos de capacitação em PI para ICTs vinculadas ao MS para estruturação de seus respectivos NITs.	Ministério da Saúde (MS)	83%
2	1.1	Formulação e implementação de plano de comunicação da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI).	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)	65%
2	1.3	Estudos sobre formas de fomentar difusão da PI e conscientização da sociedade sobre os prejuízos ocasionados pela violação dos direitos de PI.	Associação Paulista da Propriedade Intelectual (ASPI)	20%
2	1.6	Criação de material de alcance nacional com foco em público jovem para divulgação sobre a importância dos DPI.	Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI)	40%
2	4.3	Estudos sobre formas de incluir a PI na grade curricular do ensino médio e/ou de cursos técnicos e tecnólogos.	Associação Paulista da Propriedade Intelectual (ASPI)	15%
2	4.5	Inserção do campo "gênero" nos formulários de solicitações do INPI.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	90%
2	4.6	Treinamentos e mentorias visando à capacitação de gestores e empresários, para que possam identificar oportunidades de geração de ativos de propriedade intelectual.	Associação Paulista da Propriedade Intelectual (ASPI)	15%
2	4.6	Desenvolvimento de sistema de Inteligência Artificial como apoio para registro de marcas pelos pequenos negócios	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)	50%

EIXO	AÇÃO	ENTREGA	COORDENAÇÃO	% Concluído
2	4.7	Disponibilização de cursos de PI na plataforma EV.G da ENAP.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)	70%
2	4.8	Desenvolvimento de conteúdo e capacitação para profissionais de inovação e propriedade intelectual em negociação de parcerias entre ICTs e empresas.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)	85%
3	1.1	Retomada das atividades do Grupo de Articulação em Propriedade Intelectual e Saúde (GAPIS).	Ministério da Saúde (MS)	75%
3	1.4	Operacionalização do modelo de terceirização de busca de patentes.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	73%
3	1.4	Criação do formulário simplificado de oposição de marcas.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	90%
3	1.5	Realização de evento sobre governança e administração de escritórios oficiais de propriedade industrial: perspectivas nacional e internacional.	Confederação Nacional da Indústria (CNI)	20%
3	1.6	Implementação de ferramenta de notificação automática do andamento processual dos pedidos de PI (Notifica Gov.Br).	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	65%
3	1.9	Palestras sobre a área farmacêutica para examinadores do INPI, para apresentar uma visão industrial e de mercado na capacitação de examinadores de 1ª e 2ª instância.	Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA)	50%
3	1.9	Imersão de examinadores de patentes do INPI nos Institutos SENAI de Inovação, com o apoio do SENAI.	Confederação Nacional da Indústria (CNI)	15%
3	1.17	Implementação do Módulo para o usuário do sistema único para automatização/otimização do processo de concessão de patentes (BPMS).	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	88%
3	1.17	Implantação de ferramenta de depósito Inteligente de patentes para verificação automática de erros formais.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	17%
3	1.19	Implantação do Sistema de revisão da qualidade dos exames de Marcas, Desenho Industrial, Patentes e abrangidos pelo <i>Patent Cooperation Treaty</i> (PCT).	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	77%
3	2.3	Workshops para debater normas e boas práticas sobre parcerias e comercialização de PI (P & D & I) no âmbito das universidades federais e estaduais, a fim de trazer maior segurança para interpretações jurídicas que permitam um <i>mindset</i> inovador nas universidades e que se utilizem das flexibilidades normativas existentes para aceitar determinados riscos inerentes ao processo inovador, viabilizando parcerias entre ICTs e Empresas. Público-alvo: órgãos de controle.	Controladoria-Geral da União (CGU)	25%

EIXO	AÇÃO	ENTREGA	COORDENAÇÃO	% Concluído
3	2.3	Disponibilização de vagas em cursos sobre PI e inovação oferecidos pela ANPEI para servidores públicos lotados nos órgãos membros do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI), em turmas fechadas e de acordo com o limite de vagas pré-estabelecidas.	Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI)	20%
3	2.8	Política de Inovação e PI do Ministério da Saúde aprovada e publicada.	Ministério da Saúde (MS)	63%
4	1.3	Articulação e apresentação de proposta de governo para Projeto de Lei para atualização das disposições relativas a Indicações Geográficas contidas na Lei da Propriedade Industrial (LPI).	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)	75%
4	1.8	Contribuições à regulamentação e à implementação da Lei nº 14.596/2023, relacionadas às condições de dedutibilidade de pagamento de royalties, discutidas e enviadas à Receita Federal do Brasil.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)	15%
4	1.13	Criação de procedimentos técnicos para o reconhecimento da distintividade adquirida.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	87%
5	1.1	Estudo sobre a litigância em matéria de propriedade intelectual (PI) no Brasil, incluindo pesquisa de modelos de organização do Judiciário em matérias de PI em outros países e avaliação de possibilidades de especialização do judiciário em PI no Brasil.	Escola de Magistrados do Tribunal Regional Federal da 2ª Região / Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM)	30%
5	2.2	Revisão do Decreto nº 9.875/2019, que institui o CNCP, para fortalecer sua atuação.	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) / Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos Contra a Propriedade Intelectual (CNCP)	90%
5	2.2	Instituição de Observatórios no âmbito do CNCP para atuar ativamente na identificação de crimes contra a PI.	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) / Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos Contra a Propriedade Intelectual (CNCP)	60%
5	2.5	Pesquisa realizada pela CNI com a base industrial para levantamento de dados e diagnóstico sobre a contrafação no Brasil.	Confederação Nacional da Indústria (CNI)	50%
5	2.7	Programa nacional de combate a medicamentos falsificados, em parceria com Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA), Ministério das Comunicações (MCOM) e Secretaria de Comunicação Social (SECOM/PR).	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) / Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos Contra a Propriedade Intelectual (CNCP)	50%

EIXO	AÇÃO	ENTREGA	COORDENAÇÃO	% Concluído
5	2.10	Workshop internacional em parceria com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) para troca de experiências entre agentes de fiscalização e inteligência.	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) / Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos Contra a Propriedade Intelectual (CNCP)	70%
5	2.16	Realização de operações de combate à pirataria no ambiente cibernético em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) / Cyberlab	66%
5	2.16	Ação de interrupção do comércio de produtos odontológicos em plataformas eletrônicas.	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) / Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos Contra a Propriedade Intelectual (CNCP)	90%
5	2.19	Apresentação de proposta para um selo de boas práticas para plataformas de comércio eletrônico.	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) / Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos Contra a Propriedade Intelectual (CNCP)	10%
6	1.5	Mapeamento do uso de métodos de proteção do conhecimento por empresas inovadoras na Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica (PINTEC).	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	40%
6	7.3 7.3.1 7.3.3	Instituição de redes pesquisa, desenvolvimento e inovação para a Amazônia	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)	15%
7	2.3	Prospecção e diálogos exploratórios sobre reconhecimento de Indicações Geográficas binacionais com países transfronteiriços.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	55%
7	2.3	Proposição de formulário unificado de marcas com países da América Latina e Caribe.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	40%
7	2.7	Proposta de exame colaborativo de patentes com países da América Latina e Caribe.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	50%

Fonte: elaboração própria, SCPR/DEPIQ/CGPI

Em virtude de sua relevância, várias das entregas apresentadas na Tabela 5 serão continuadas no Plano de Ação 2025–2027 da ENPI, assegurando a progressão dos trabalhos e a consolidação dos resultados. Além disso, observa-se que parte das entregas possui caráter inerentemente continuado, em razão da natureza das atividades que as compõem, como programas de capacitação e mentorias, estudos e radares tecnológicos, ações de divulgação e sensibilização em propriedade intelectual. Esses trabalhos demandam atualização permanente e articulação constante entre os atores envolvidos, o que justifica sua presença recorrente nos sucessivos Planos.

Isto posto, a seguir, apresentam-se algumas das entregas que, embora não tenham sido integralmente concluídas durante o período de vigência do Plano de Ação 2023–2025, contribuíram ao propósito a que foram planejadas.

No Eixo 1, destaca-se entrega da Ação 1.2, referente às ações de sensibilização voltadas às startups do programa InovAtiva, coordenada pelo MDIC, tendo atingido 60% de sua execução. Foram contatados os cinco programas regionais indicados do Powered by InovAtiva e realizadas duas mentorias coletivas. A revisão do material da Academy não foi concluída em virtude do processo de reestruturação do programa InovAtiva e de suas respectivas ferramentas, como a plataforma.

Ainda no Eixo 1, uma das entregas da Ação 5.1, coordenada pelo MDIC, dedicou-se ao desenho de um programa de apoio à transferência de tecnologia e parcerias para geração de ativos de propriedade intelectual entre ICTs e empresas, promovendo o uso estratégico da PI e o acesso da inovação ao mercado e à sociedade, em consonância com a Nova Indústria Brasil (NIB). O desenho inicial foi concluído e utilizado na elaboração de termo de referência em acordo de cooperação técnica com a ABDI para contratação de consultoria especializada que elaborará a metodologia de diagnóstico e de atendimento do programa. A contratação sofreu atrasos, tendo sido formalizada em agosto de 2025. Assim, os trabalhos continuarão no PA25–27.

A mesma Ação 5.1 (Eixo 1) contemplou, também, entrega voltada à capacitação em propriedade intelectual voltada a ICTs vinculadas ao Ministério da Saúde, com foco na estruturação de seus Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs). Coordenada pelo MS, essa entrega alcançou 83% de execução. Já foi realizado um primeiro encontro virtual, em parceria com o INPI, e identificada a necessidade de continuidade dos encontros, que prosseguirão no PA 25-27.

A execução dessas entregas evidenciou as dificuldades inerentes à estruturação e ao planejamento de programas de maior porte, que demandam recursos orçamentários específicos, alinhamento de objetivos entre os atores envolvidos e a identificação de parceiros com expertise compatível com as demandas da iniciativa. Esses fatores resultaram em um avanço em ritmo inferior ao inicialmente previsto, mas os esforços empreendidos contribuíram para o amadurecimento das propostas e para a consolidação de bases técnicas e institucionais, que permitirão o aperfeiçoamento e a continuidade das iniciativas no próximo Plano de Ação.

No Eixo 2, destaque para a entrega da Ação 4.8, sob coordenação do MDIC, que avançou em 85% e trata do desenvolvimento de conteúdo e capacitação para profissionais de inovação e PI em negociação de parcerias entre ICTs e empresas. Esta entrega foi realizada em

cooperação técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o qual contratou consultoria especializada para o desenvolvimento do conteúdo, da metodologia e para realização de 8 (oito) capacitações, sendo 5 (cinco) destas presenciais, uma em cada região do país, e outras 3 (três) online para todo o Brasil. Em função do atraso no processo de contratação do BID, esta entrega não pode ser finalizada na vigência do segundo Plano, porém terá continuidade no PA25–27, com previsão de realização das capacitações no primeiro semestre de 2026.

No Eixo 3, vale menção à entrega da Ação 1.9 coordenada pela ABIFINA, na qual foram promovidas palestras voltadas à área farmacêutica para examinadores do INPI, com o objetivo de oferecer uma visão industrial e de mercado que complemente a formação técnica dos examinadores de 1ª e 2ª instância. Foram realizadas palestras sobre saúde animal ministradas por representantes da indústria, correspondendo a 50% de execução.

Ainda no eixo 3, destaca-se entrega da Ação 1.17, coordenada pelo INPI, referente à implementação do módulo para o usuário do sistema único (BPMS) para automatização e otimização do processo de concessão de patentes, o avanço foi de 88%. Atrasos na execução da primeira etapa impactaram o cronograma, mas as dificuldades foram superadas e o plano de implementação será continuado no PA25–27.

No Eixo 4, Ação 1.13, coordenada pelo INPI, destaca-se a entrega relativa à criação de procedimentos técnicos para o reconhecimento da distintividade adquirida de marcas, a qual alcançou 87% de execução. A portaria que regulamenta o tema foi publicada, o novo serviço foi incluído na Tabela de Retribuições do INPI e foi realizada consulta pública sobre o assunto. Entretanto, não foi possível concluir todas as adaptações de sistemas necessárias ao novo serviço até julho de 2025, em razão de limitações de recursos da fábrica de software contratada e atrasos na sua contratação. Essa entrega também será continuada no PA25–27, de forma a assegurar a finalização das etapas remanescentes.

No Eixo 7, Ação 2.3, a entrega relativa a prospecção e diálogos exploratórios sobre reconhecimento de Indicações Geográficas binacionais com países transfronteiriços alcançou 55% de execução. A iniciativa, coordenada pelo INPI, foi impactada por questões de agenda e pelo período eleitoral no Uruguai, com retomada prevista para o segundo semestre de 2025.

Também coordenada pelo INPI, destaca-se entrega da Ação 2.7 voltada à proposta de exame colaborativo de patentes com países da América Latina e Caribe, a qual registrou 50% de execução. A atividade foi afetada por atrasos decorrentes de agendas internacionais e será retomada no primeiro trimestre de 2025.

De modo geral, observa-se que diversas ações de capacitação e mentoria apresentaram resultados significativos no período, mas demandam continuidade para garantir sua consolidação e expansão. Por essa razão, as iniciativas com caráter formativo ou estruturante serão, em sua maioria, mantidas no Plano de Ação 2025–2027, assegurando a progressão dos trabalhos e a perenidade dos avanços alcançados.

Entregas não iniciadas

Cabe registrar que, das 171 entregas previstas no Plano de Ação 2023–2025, 03 (três) não puderam ser iniciadas dentro do período de vigência desse ciclo. As razões envolvem tanto fatores institucionais de difícil previsibilidade, como mudanças de gestão e reavaliação de prioridades estratégicas, quanto situações decorrentes de restrições orçamentárias, limitações de capacidade operacional e desafios inerentes à contratação de consultorias especializadas. Esses desafios integram o conjunto de aprendizados a serem incorporados ao próximo Plano de Ação, contribuindo para o aperfeiçoamento do planejamento e para o fortalecimento da gestão.

Deve-se ressaltar que, mesmo não iniciadas, essas entregas permanecem alinhadas aos objetivos estruturantes da ENPI. Por essa razão, suas propostas foram mantidas ou reformuladas para o Plano de Ação 2025–2027, assegurando que a execução se inicie em condições mais favoráveis à obtenção dos resultados esperados.

A Tabela 6 apresenta dados gerais sobre as entregas em questão.

Tabela 6 – Dados gerais sobre as entregas não iniciadas

EIXO	AÇÃO	ENTREGA	COORDENAÇÃO
1	5.1	Grupo Técnico com objetivo de propor mecanismos de incentivo à inovação no complexo econômico e industrial da saúde criado no âmbito do MS.	Ministério da Saúde (MS)
1	5.1	Implementação de um piloto do programa de apoio à transferência de tecnologia e a parcerias para geração de ativos de PI entre ICTs e empresas.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
2	4.3	Plano de trabalho com possibilidades de inserção de saberes acerca de PI nos percursos formativos dos cursos da Educação Profissional e Tecnológica.	Ministério da Educação (MEC)

Fonte: elaboração própria, SCCR/DEPIQ/CGPI

Conclusão

A execução do Plano de Ação 2023–2025 da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI), aprovado pela [Resolução GIPI/MDIC nº 13, de 28 de janeiro de 2025](#), representou um avanço significativo na consolidação de uma política pública integrada, orientada por resultados e construída de forma colaborativa entre múltiplos atores. Com 84% das entregas efetivamente realizadas, o Plano demonstrou a maturidade e o comprometimento das Instituições envolvidas na implementação de suas propostas.

Estruturado em sete eixos estratégicos, 66 ações e 171 entregas, o PA 23-25 mobilizou 32 unidades coordenadoras e 29 entidades parceiras, integrando ministérios, autarquias, entidades de classe e organizações da sociedade civil. Essa ampla rede de cooperação viabilizou avanços significativos na disseminação da cultura de PI, na modernização de procedimentos, no fortalecimento institucional e na inserção do Brasil no sistema global de propriedade intelectual.

O Plano destacou-se pela amplitude e pela diversidade das iniciativas executadas, contemplando ações de mentoria, capacitação e sensibilização, bem como a realização de estudos, publicações, eventos, propostas normativas e cooperações técnicas e internacionais. Foram promovidas oficinas, cursos e treinamentos destinados à difusão da propriedade intelectual entre empreendedores, pesquisadores, docentes e agentes públicos, além de programas de mentoria e apoio à transferência de tecnologia, que contribuíram para aproximar o setor produtivo das instituições de ciência e tecnologia.

Paralelamente, observaram-se avanços na modernização de sistemas e procedimentos administrativos, na formulação de proposições legislativas e regulatórias e na atualização de marcos normativos voltados ao fortalecimento da segurança jurídica e à maior efetividade das políticas públicas de propriedade intelectual.

O período também foi marcado por iniciativas de inteligência e prospecção tecnológica, com estudos dedicados a setores estratégicos para o país, bem como por ações de cooperação internacional que ampliaram a presença do Brasil em fóruns multilaterais e em programas de capacitação conjunta.

De forma integrada, as atividades realizadas refletiram a essência dos sete eixos estratégicos da ENPI, promovendo a articulação entre propriedade intelectual, inovação e desenvolvimento econômico e social.

Os percentuais de execução evidenciam não apenas a capacidade técnica e organizacional das unidades coordenadoras, mas também o fortalecimento da cultura de planejamento, acompanhamento e transparência. O modelo de governança adotado mostrou-se eficaz para a consolidação de parcerias e a gestão compartilhada de iniciativas.

O processo de revisão do Plano, conduzido após o primeiro ano de execução, também se revelou uma etapa crucial para aprimorar o desempenho, corrigir rumos e garantir a pertinência das ações. As adequações realizadas, envolvendo exclusões, inclusões e ajustes de escopo, contribuíram, assim, para um resultado final mais consistente, fortalecendo a efetividade do Plano.

Ainda que 03 entregas não tenham sido iniciadas e outras 47 tenham permanecido em execução parcial, o balanço geral do ciclo revelou-se amplamente positivo. Muitas das entregas não finalizadas possuem caráter continuado e, por isso, serão incorporadas ao Plano de Ação 2025–2027, garantindo a continuidade dos esforços e a consolidação progressiva dos resultados.

Entre os principais desafios enfrentados, destacam-se os fatores institucionais de difícil previsibilidade (como mudanças de gestão e reorientações de prioridades), as limitações de recursos humanos e orçamentários, e os entraves na contratação de consultorias especializadas, elementos que impactaram o ritmo de execução, mas também trouxeram valiosos aprendizados. Tais aprendizados certamente contribuirão para o aperfeiçoamento da governança, da definição de prioridades e da gestão dos riscos de execução dos próximos Planos. Ademais, percebe-se ainda uma grande dificuldade na integração de projetos e elaboração de programas que ultrapassem as competências de mais de um órgão ou entidade, bem como desafios na disponibilização de recursos para projetos na área de propriedade intelectual.

Por fim, o Plano de Ação 2023–2025 reafirmou o compromisso do GIPI e das instituições parceiras com o fortalecimento da política de propriedade intelectual como vetor de inovação, competitividade e desenvolvimento sustentável do país. O trabalho conjunto realizado ao longo do biênio consolida bases sólidas para o novo ciclo da ENPI (2025–2027), que se beneficiará da experiência acumulada e da ampla mobilização institucional construída, garantindo a continuidade dos avanços e o alcance de resultados cada vez mais expressivos para o sistema nacional de propriedade intelectual.

Síntese e leitura final

- **Período de execução:** novembro de 2023 a julho de 2025
- **Total de ações:** 66
- **Total de entregas:** 171
- **Órgãos e entidades participantes:** 32 unidades coordenadoras e 29 instituições parceiras
- **Entregas concluídas:** 121 (71%)
- **Entregas parcialmente concluídas:** 47 (27%)
- **Entregas não iniciadas:** 3 (2%)
- **Percentual total de execução:** 84% das atividades planejadas realizadas
- **Eixo com melhor desempenho proporcional:** Eixo 7 – *Inserção do Brasil no sistema global de PI* (85%)
- **Eixo com maior número de entregas:** Eixo 2 – *Disseminação, formação e capacitação em PI* (47 entregas; 79% concluídas)
- **Eixo com desempenho mais crítico:** Eixo 5 – *Observância e segurança jurídica* (31% de conclusão)
- **Instituições com maior número de entregas executadas individualmente:**
 - INPI – 44 entregas (33 concluídas)
 - MDIC – 31 entregas (21 concluídas)

Anexo

01 – Planilha de Monitoramento_Plano de Ação 2023-2025 da ENPI